



Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

Ano II - nº 02 - maio de 2003



NESTA EDIÇÃO:

- Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.
- Estrada de Ferro Rio D`Ouro - A ferrovia das águas.
- O debate étnico e a união dos homens de cor em Duque de Caxias.
- Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense.
- Aqueles anos verdes da nossa história.



Órgão de divulgação conjunta:
Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto /
Câmara Municipal de Duque de Caxias e
Associação dos Amigos do Instituto Histórico.



REVISTA PILARES DA HISTÓRIA

Órgão de divulgação conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR
THOMÉ SIQUEIRA BARRETO /
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE
DE CAXIAS e ASSOCIAÇÃO DOS
AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Vereador Laury de Souza Villar

DIRETOR GERAL DA CMDC:
Laurecy de Souza Villar

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Maria Vitória Souza Guimarães Leal

ASSESSORIA DE IMPRENSA E
DIVULGAÇÃO DA CMDC:
Antonio Pfister

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Carlos Sá Bezerra
Odemir Capistrano Silva
Rogério Torres
Ruyter Poubel
Sandra Godinho Maggesi Pereira
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

COLABORADORES:
Alda Regina Siqueira Assumpção
José Rogério Lopes de Oliveira
Manoel Mathias Thibúrcio Filho
Roselena Braz Veillard
Suely Alves Silva
Wellington Deus Lourenço da Silva

FOTOS / CAPA: Agnaldo Werneck
Panorâmica do Bairro 25 de Agosto -
década de 50, vendo-se as atuais Praça
Roberto Silveira e Rua Conde de Porto Alegre.
Acervo Iconográfico do Instituto Histórico

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - Jardim 25 de Agosto
CEP: 25071-140 - Duque de Caxias - RJ
Telefone: 2671-6298 ramal 247
site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

EDITORIAL

A FEITURA DO TEMPO

Pilares da História saúda os 60 anos de emancipação do município de Duque de Caxias, os 50 anos de fundação da Folha da Cidade e os 30 anos de criação do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, por coincidência inaugurado durante a gestão na qual era vice-presidente, o pai do atual presidente dessa casa legislativa. As comemorações virão a seu tempo, oportunidade aliás para refletir sobre o significado efetivo dessas datas para a cidade. Até porque, datas, fatos, locais e nomes servem para desenhar contornos e estabelecer contextos e pertinências, mas o trabalho de construir os planos da história demanda bem mais: exige também inventividade e ousadia. Sem imaginação, não se formulam hipóteses. E não fosse o atrevimento de gente como Giordano Bruno, quanto tempo não teriam ficado perdidas em estrelas mortas as teorias de Copérnico, Galileu e Kepler, por exemplo?

Efetivamente, esses cientistas representam todo um período de emergência de pensamento fecundo. Todavia, o traço de originalidade essencial que carregam, não carregam solitariamente, feito cavaleiros andantes em quixotescas aventuras. Há ainda Nicolau de Cusa, Aristarco de Samos, Tycho Brahe, afora os anônimos de sempre, que sempre contam, indispensáveis, na feitura do tempo, porém não contam a história porque a história (a oficial) parece não querer ouvi-los. E para reparar o equívoco dessa espécie de surdez, é preciso trazer ao presente, aos contemporâneos, o que a memória dos esquecidos, principalmente, em suas diversas modalidades, guardou não apenas para recordar um passado melhor (para quem?). Recordar, se de fato é viver, é igualmente fundamental para a reflexão e a análise historiográfica. No caso, para configurar, na dinâmica do cotidiano da Baixada Fluminense, a dinâmica da nossa história.

A nossa Pilares segue essa orientação. Suas páginas abertas são espaços político-culturais, portanto, espaços de sociabilidade. A transcrição de documentos primários e o uso de depoimentos orais, caso da seção “Memória Viva”, cuja estréia tivemos infelizmente de adiar, constituem instrumentos valiosos para o estudo de temas de âmbito limitado ou amplo. Sem dúvida, com as técnicas apropriadas, com o obrigatório rigor metodológico, com a indispensável disciplina, tais instrumentos permitem ao pesquisador fazer perguntas ao documento, confrontá-lo com outras fontes, quem sabe desmitificá-lo, localizando e contextualizando o evento na trama histórica. Cabe a cada um dar a essas linhas e agulhas a costura e o relevo que lhe ditarem as suas convicções, os seus talentos e cláusula inegociável as regras da lealdade devida aos interlocutores no debate do qual participe. Agora, ao debate.

O Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico agradecem o apoio:

Dos Autores

CEMPEDOCH-BF

Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense

FEUDUC

Fundação Educacional de Duque de Caxias / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se empenham no difícil processo da permanente construção e reconstrução da nossa história.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Vereador Laury Villar

Fonte obrigatória de estudo para muitos pesquisadores, o Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, que completou 30 anos este ano, é um verdadeiro guardião de nossa história e da Baixada Fluminense. São mais de 5 mil reproduções fotográficas, 890 documentos textuais, 505 livros e revistas, 1.219 jornais, objetos raros e a primeira tribuna do Legislativo de 1947. São três décadas de intenso trabalho de divulgação e proteção dos principais fatos econômicos, sociais, políticos e culturais da região.

Professores, alunos e a população, em geral, têm a sua disposição um vasto material que visualiza bem as mudanças estruturais ocorridas, ao longo dos anos, na Baixada Fluminense. Proteger este acervo e fazer o resgate do patrimônio histórico e cultural são, também, atribuições do poder público, pois a cultura é um instrumento vivo de realização do cidadão.

Tenho especial carinho pelo Instituto Histórico, que foi inaugurado no dia 31 de janeiro de 1973, período em que meu saudoso pai, Laury Villar, exerceu a vice-presidência desta casa Legislativa. Acho fundamental o trabalho sistemático de promoção e de preservação da memória de Duque de Caxias e da Baixada. Região, que possui aproximadamente quatro milhões de habitantes e, que é ávida por cultura. Apóio os profissionais capacitados do Instituto Histórico que se dedicam em conservar um tesouro de valor incalculável. Também fomentamos a cultura, na Câmara, através do Corredor Cultural: Sala de Leitura Doutor Moacyr Rodrigues do Carmo, Teatro Procópio Ferreira e Instituto Histórico, difundindo todas as manifestações culturais.

No dia 30 de abril, celebramos outra data de extrema importância para a região: o Dia da Baixada Fluminense. Evento de grande ressonância que promove o resgate histórico e cultural das tradições dos municípios da região. São shows, palestras, recitais, exposições fotográficas, filmes e apresentações de peças, que contam um pouco da rica história de cada município. O Dia da Baixada é fundamental para que possamos divulgar e preservar nossas raízes.

O patrono de Duque de Caxias e do Exército Brasileiro, Luiz Alves de Lima e Silva, completará, no dia 25 de agosto, 200 anos de nascimento. O militar mais condecorado do Brasil deu um exemplo de patriotismo e civismo em defesa da nação. Ele dedicou sua vida na manutenção da ordem dentro e fora do território nacional. Foi um exemplo de militar e nunca perdeu uma batalha. Foram mais de 60 anos de excepcionais e relevantes serviços como político e administrador público, como soldado de vocação, a serviço da unidade, da paz social, da integridade e da soberania do Brasil. O título de Barão de Caxias, que recebeu em 1841, em defesa do Maranhão, expressa muito bem a sua atuação: disciplina, administração, vitória, justiça, igualdade e glória.

Ainda dentro das datas históricas, no dia 31 de dezembro de 2003, o município de Duque de Caxias completará 60 anos de emancipação. Da separação de Nova Iguaçu, em 31 de dezembro de 1943, até os dias atuais, a cidade se transformou num gigante. A atual administração resgatou o orgulho do cidadão caxiense. Conquistamos crescimento social, educacional, esportivo e temos uma cidade ordenada e um parque industrial que não pára de crescer. A confiança no trabalho e a transparência na gestão pública atraíram os empresários, que encontraram na cidade um porto seguro para seus investimentos. Duque de Caxias livrou-se do estigma do passado e, agora, aponta seus refletores de cidade modelo e de progresso país afora.

ÍNDICE

TENSÕES E INTERAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM TORNO DO REGIME ESCRAVISTA NA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA JACUTINGA <i>Nielson Rosa Bezerra</i>	07.
ESTRADA DE FERRO RIO D'OURO - A FERROVIA DAS ÁGUAS <i>Guilherme Peres de Carvalho</i>	19
O DEBATE ÉTNICO E A UNIÃO DOS HOMENS DE COR EM DUQUE DE CAXIAS <i>Marlúcia dos Santos Souza</i>	27
FLUXOS E INTERAÇÕES DA REDE DE MEMÓRIA E HISTÓRIA NA BAIXADA FLUMINENSE <i>Ana Lucia Silva Enne</i>	37
AQUELES ANOS VERDES DA NOSSA HISTÓRIA <i>Odemir Capistrano Silva</i>	53
Seção TRANSCRIÇÃO Jornal Tópico / 1958 “Merity, 1900 / Nasce uma Cidade” <i>Rogério Torres da Cunha / Tania Maria da Silva Amaro de Almeida</i>	61
Seção MEMÓRIA VIVA <i>Antônio Augusto Braz Odemir Capistrano Silva</i>	69
Seção ICONOGRAFIA	73
Associação dos Amigos do Instituto Histórico.....	75



TENSÕES E INTERAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM TORNO DO REGIME ESCRAVISTA NA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA JACUTINGA

Nielson Rosa Bezerra¹

As relações sociais e econômicas de caráter periférico à cidade do Rio de Janeiro que ocorrem na região que atualmente denominamos Baixada Fluminense são originárias do processo de colonização européia iniciado no Brasil a partir do século XVI, quando, desde então, houve uma inserção desta região em um contexto de produção e de entreposto de mercadorias voltadas para o abastecimento do centro urbano que, posteriormente, se tornaria a capital do império, bem como para a circulação no mercado internacional.

A partir da segunda metade do século XVI, iniciou-se a ocupação da região do entorno da baía de Guanabara, bem como a efetiva implementação da empresa colonizadora européia. No período entre o século XVI e XVII, a economia que se efetivou com a exploração da região foi marcada por uma relativa produção de cana, pela manufatura do açúcar e do aguardente, uma produtividade mais significativa do cultivo dos chamados produtos de subsistência, complementados por uma larga exploração baseada no extrativismo vegetal, além da construção de olarias. Outra característica econômica que marcou a região desde o início da exploração européia foi a utilização da rica disposição hidrográfica da região para o escoamento das mercadorias que eram produzidas. Durante este período, os rios tiveram uma importância estratégica para o dinamismo econômico da região, pois exerceram a função de “estradas”, sendo importante, do ponto de vista econômico, para o escoamento de mercadorias, bem como do ponto de vista social, pois através deles circulavam pessoas, informações, etc. No entanto, é importante reafirmar a relevância

¹ Mestrando em História pela Universidade Severino Sombra / Vassouras / RJ. Professor assistente do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias / FEUDUC. Pesquisador do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de História da Baixada Fluminense / CEMPEDOCHBF e sócio fundador da Associação de Professores e Pesquisadores da História / APPH-CLIO. Diretor tesoureiro da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias / Asamih. Professor do Colégio Santo Antônio em Duque de Caxias, e da rede pública em Japeri.

periférica da região no modelo colonial, tendo em vista que o eixo econômico que sustentava a colônia brasileira e sua relação com a metrópole era a produção canavieira do Nordeste.²

Em nossa opinião, a inserção da região que atualmente denominamos Baixada Fluminense no contexto colonial se deu a partir do século XVIII, quando o eixo econômico do Brasil e de Portugal se voltou para o ouro descoberto em Minas Gerais. Com a necessidade do escoamento do ouro e o abastecimento da província mineira, toda a região passou a ter uma maior importância, tendo em vista que se tornou uma estratégica área de passagem, por conta de seus rios, anteriormente assinalados, bem como pelas estradas que foram abertas serra acima para que o trânsito de mercadorias fosse dinamizado. É importante demarcar que mesmo tendo indícios de uma maior assimilação das riquezas coloniais neste período³, a região ocupou sobretudo a posição de entreposto comercial. Podemos ainda afirmar que esta disposição econômica também foi marcante durante o século XIX, quando o escoamento do ouro foi substituído pelo escoamento do café produzido na região do Vale do Paraíba.

Apesar do caráter secundário dentro da lógica produtiva do Brasil neste período, destaque-se que houve um acúmulo de riquezas por uma minoria privilegiada da população que se estabeleceu na região, através da venda das mercadorias produzidas localmente, com o armazenamento e o transporte das mercadorias que eram trazidas do interior do Brasil e que se destinavam ao porto do Rio de Janeiro, aluguel de escravos e negócios de tabernas que serviam para um comércio local e para o pouso de tropas, viajantes, autoridades, etc. Ainda é importante lembrar que todas as atividades descritas foram se acumulando na região, pois não vislumbramos a economia da região de forma cíclica.⁴

A produção da região era essencialmente agrária, mas não podemos vê-la apenas nesse contexto, pois também se forjou como área de passagem, o que nos permite pensar que a sociedade que se estabeleceu, apesar de fortes características rurais, também tem fortes traços característicos do setor urbano, por conta da circulação de pessoas e da proximidade com a cidade do Rio de Janeiro.

Para melhor compreender a região durante o século XIX, sobretudo com respeito às relações complexas que caracterizaram a sociedade que estava organizada sob o regime escravista, abordaremos as negociações e os conflitos entre senhores, escravos e homens livres pobres. Tomaremos por base a Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, sua produção econômica e as relações sociais que se davam no cotidiano

² Ver SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

³ Esta assimilação pode ser exemplificada pelas igrejas barrocas que foram construídas na região durante o século XVIII, algumas com bastante ostentação de riquezas, como é o caso da Igreja da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar.

⁴ Neste sentido, discordamos da visão de Waldick Pereira, pois este autor estabelece uma lógica de ciclos para explicar a economia iguaçuana deste período. PEREIRA, Waldick. *Cana café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV, 1977. Sobre este aspecto da economia de região, já defendemos nossa posição em BEZERRA, Nielson Rosa. Pau para toda a obra: a importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabarrino. In *Hidra de Igoassú: Cadernos de textos de História Local e Regional*. Ano I, n. II. Duque de Caxias: CEMPEDOCH-BF/APPH-CLIO, 1999.

de seus agentes sociais. Acreditamos que é possível não apenas estudar esta freguesia, mas também toda a Vila de Iguaçú, bem como todo o Recôncavo da Guanabara através dela, pois vemos como uma possibilidade salutar a associação do estudo de uma história local com um método de microanálise voltado para as minúcias e as particularidades, pois “o indício pode revelar a particularidade daquilo que se vê”.⁵

Quanto à freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, “estendia-se o território para o norte, ao Morro Grande da Cava, próxima a atual estação de José de Bulhões, dividindo-se aí com a de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçú. Deste ponto corria o limite pela margem meridional do Iguaçú, buscando o rumo da fazenda de São Bento até chegar ao porto dos Saveiros, exclusive, limitando-se também com a freguesia de Nossa Senhora do Pilar. A leste era banhado pela Guanabara e tinha ao sul a freguesia de Meriti; a oeste ficava a de Marapicu”.⁶ Percebe-se que se fizermos uma breve transposição geográfica para a composição atual da Baixada Fluminense, podemos afirmar que esta freguesia compunha os territórios de partes dos municípios de Nova Iguaçú, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias. A importância econômica desta freguesia também pode ser ressaltada pela presença dos rios Iguaçú, Sarapuí, Meriti, entre outros, importantes vias de transporte e comunicação que cortavam o território de Jacutinga.

Analisando relatório do marquês do Lavradio (1779-89), a freguesia de Jacutinga merece destaque, pois são apresentados seis engenhos: Madureira, Posse, Maxambomba, Brejo, Cachoeira, S. Antônio do Mato e N. S. da Conceição, com produção significativa de açúcar (163 caixas) e de aguardente (77 pipas e meia). Apresenta-se ainda uma produção de subsistência também significativa, totalizando 20 mil sacas de farinha, 600 de feijão, 600 de milho, 6 mil de arroz, sendo um total geral de 27.200 sacas de alimentos de subsistência por ano.⁷ A partir de um comparativo com as demais freguesias, Jacutinga não pode ser considerada uma grande produtora de exportação. No entanto, em relação à produção de subsistência, destinada ao consumo endógeno e ao comércio regional, esta freguesia destaca-se como a mais importante no contexto local.

Sobre esta problemática, Marlúcia dos Santos Souza afirma:

“É interessante observar que mais da metade da mão de obra escrava não estava sendo empregada nos engenhos açucareiros e mesmo as que se encontravam nos engenhos também produziam arroz, milho e farinha. Isso sem contar nas que eram utilizados no transporte, na manutenção das vias fluviais, nas olarias e na criação de animais, o que indica uma lógica interna coabitando com as determinações externas da metrópole portuguesa”.⁸

⁵ Cf. FREITAS, Marcos C. *Da Micro-História à História das Idéias*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 22.

⁶ Ver FORTE, José Matoso Maia. *Memória de Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1993, p. 89.

⁷ Cf. SOUZA, Marlúcia dos Santos. *Economia e sociedade iguaçuana*. Niterói: UFF. Mestrado em História, 2000 (mimeo).

⁸ Cf. SOUZA, Marlúcia dos Santos. *Economia e sociedade iguaçuana*. Niterói: UFF. Mestrado em História, 2000 (mimeo).

Considerando os dados demográficos apresentados pelo mesmo relatório, podemos perceber que Jacutinga é a segunda freguesia mais populosa da região, perdendo apenas para Nossa Senhora do Pilar, cujo porto era um dos principais entrepostos do ouro de Minas Gerais, sendo ponto de partida e de chegada para aqueles que tomavam o Caminho Novo de Garcia Pais. Entre os 13.054 habitantes da região, 3.540 foram contabilizados como residentes em Jacutinga, sendo que 1.402 eram homens livres (39,6%) e 2.130 eram escravos (60,4%). Esta diversidade nas atividades econômicas, que eram exercidas pelo contingente escravo, nos permite considerar a autonomia escrava defendida por Flávio dos Santos Gomes através da idéia de campo negro.⁹ Esta autonomia em torno do eixo escravista nos apresenta possibilidades de interações entre os senhores, os escravos e os homens livres pobres que configuravam a sociedade da Vila de Iguaçú durante o século XIX.

É essencial não desprezar nem as tensões que a privação da liberdade provocava nas relações sociais, inclusive com a prática de crimes, delitos, fugas e formação de comunidades quilombolas por parte dos escravos, nem o constante controle do trabalho, bem como a organização de expedições de repressão aos quilombos da região, organizadas pelos senhores. No entanto, as negociações e as interações entre os grupos sociais diversos marcaram as relações na região, pois a autonomia conquistada pelos escravos permitia uma circulação ampla no entorno da vila, até mesmo com eventuais visitas à corte, como ocorria com os escravos barqueiros ou lancheiros. Além desses, devemos considerar os escravos que detinham a possibilidade de cuidar de pequenas roças, principalmente os escravos da fazenda Iguaçú, da Ordem de São Bento.

Podemos afirmar que o eixo que delineou a economia e as relações sociais na região, durante o período colonial e imperial, foi o escravismo. Portanto, a principal mão-de-obra empregada era a dos negros africanos e de seus descendentes que foram submetidos à condição do trabalho compulsório. Porém vários elementos representantes dos mais variados segmentos sociais se estabeleceram ou passavam pela região. Desta forma, é possível considerar que a formação social da região se deu de modo complexo, com agentes sociais heterogêneos, marcados por conflitos e tensões, mas também por interações e negociações, à medida que os interesses econômicos eram postos e considerados, as ações e reações sociais eram praticadas e as expressões culturais eram sincretizadas e recriadas.

As complexidades sociais que ocorreram no Recôncavo da Guanabara durante o século XIX se opõem ao modelo sistêmico da escravidão. Não se pode considerar uma organização sistemática nas relações cujos agentes são seres humanos, com vontades, desejos e interesses pessoais e coletivos, sejam em condições adversas ou gozando das benesses cujo contexto escravista poderia oferecer. Portanto, metaforicamente, a escravidão não poderia ser um jogo de damas, onde pedras pretas e brancas se opõem e, num constante conflito, procuram eliminar uma as outras, sem muitas possibilidades de deslocamento ou de ações. Em nossa concepção, a escravidão poderia ser um jogo de xadrez, cujo conflito também é permanente, mas as opções de jogadas, de interações são ampliadas, algumas peças, por exemplo, podem

⁹ GOMES, op. Cit.

pular casas, deslocar-se em várias direções. Os agentes sociais, mesmo dentro de um regime escravista, têm áreas de ações diferenciadas, participam de redes de solidariedade, avançam para além das regras impostas, pois a escravidão não se resume às relações econômicas, compreendendo também relações socioculturais.

Não pretendemos participar dos extremismos e das radicalizações historiográficas que por muito tempo caracterizaram as produções sobre a escravidão. Muitas obras sobre o assunto têm caracterizado uma metodização excessiva, onde as relações são sempre sistemáticas, o que em nossas perspectivas limita as discussões em relação ao assunto. Mas também não se pode cair no outro extremo, ou seja, banalizar o conflito; as relações escravistas não eram uma maravilha, nem tampouco a condição de escravo representava dignidade social ou cidadania. Em nossa perspectiva, as relações sociais que delinearão o regime escravista foram de tensões, conflitos e violência, mas também não podemos ignorar as interações, os intercâmbios e as negociações que existiam entre os grupos sociais.

Sobre a complexidade dos constantes conflitos que existiam na sociedade escravista, marcada pelas interações e pelas tensões que existiam, João José Reis e Eduardo Silva nos mostram que “o conflito principal - aquele que opõe senhores de um lado e escravos de outro - não pode resumir toda a história da sociedade escravista. A falta de unidade nas classes subalternas desdobra-se sem cessar. Primeiro, entre africanos de diferentes procedências, línguas e culturas; depois, entre protagonistas, às vezes rivais, na dura luta pela sobrevivência: crioulos versus forasteiros africanos; forros versus escravos; negros versus mestiços.”¹⁰

Sendo assim, podemos interpretar as relações escravistas a partir dos vários elementos de identificação que os seus agentes detinham, sejam eles, senhores, escravos ou homens livres pobres. É importante ainda assinalar que estes três grupos não são especificamente homogêneos, ou seja, não é determinante que todos os senhores participavam da repressão institucionalizada, nem tampouco todos os indivíduos de origem africana tinham uma percepção de luta coletiva contra a ordem escravista. Esta linha de interpretação fica mais fácil de ser apreendida quando encaramos a escravidão para além de um sistema social; quando a percebemos como uma relação pessoal, podemos identificar que os conflitos não se davam apenas na oposição entre senhores e escravos intermediada apenas pelas ações violentas.¹¹ Pretendemos estudar a escravidão como um modelo social, “não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constantes adaptações.”¹²

As interações se davam em diversos aspectos da dinâmica das relações sociais, fossem elas dentro de um controle, considerados pelos senhores e pelas autoridades como elementos fundamentais para a ordem social, ou dentro de situações de

¹⁰ Ver REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 70.

¹¹ Ver LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹² Cf. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 17.

desordem social, por conta de formas de resistência à condição escrava. Flávio dos Santos Gomes demonstra esta complexidade social no contexto da formação e manutenção de quilombos na região do rio Iguaçu.

“Podemos ver em todas estas conexões e contatos entre quilombolas, cativos taberneiros, que também podia envolver caixeiros viajantes, mascates, lavradores, agregados, arrendatários fazendeiros e até mesmo autoridades locais (muitas das quais proprietárias de fazendas), bem mais do que um simples negócio baseado apenas numa relação econômica.(...) Era um verdadeiro campo negro no qual as ações dos variados agentes históricos envolvidos tinham lógicas próprias, intercruzando solidariedades e conflitos.”¹³

Com o presente texto, pretendemos negar a condição de apenas mercadoria, de coisa dos escravos, negando as posições da conhecida escola sociológica paulista, representada por Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, que relegaram a resistência escrava a uma abordagem secundária em função da tese da coisificação do escravo¹⁴. Apesar de serem submetidos a uma migração compulsória, por conta do tráfico negreiro, e por estarem inseridos em um extrato social cuja precariedade de sobrevivência é evidente, os escravos eram pessoas, agentes, elementos fundamentais nas relações e nas transformações sociais de seu tempo, tendo notoriedade não apenas pela condição de escravo, mas também pelas tensões e interações, intencionados em conquistar a liberdade ou melhores condições de vida e trabalho, que cunhavam com agentes de outros grupos sociais, que com eles configuravam a sociedade da época.

Portanto, estamos considerando os escravos como agentes sociais, capazes de demonstrar, negociar e impor os seus interesses através de diversas estratégias. Neste sentido podemos considerar os argumentos de Sidney Chalhoub:

“Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era cativo justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda”.¹⁵

Assim, mesmo com as diversas situações adversas que a escravidão poderia impor, os escravos eram capazes de constituir argumentos que lhes possibilitassem

¹³ GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro século XIX*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1992, p. 75.

¹⁴ Entre outros, cf.: CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Edusp, 1965.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 27.

apresentar suas próprias visões da escravidão, o que tornava o cenário das relações sociais ainda mais complexo, principalmente quando entendemos esta sociedade para além de uma configuração social bipolar, como é o caso da Vila de Iguacu, no século XIX, quando podemos identificar pelo menos três grupos sociais específicos: senhores, escravos e homens livres pobres.

Interessa às nossas reflexões esta configuração social, formatada por três segmentos específicos. Os senhores, que eram os proprietários de terras e escravos, detentores de poder político e prestígio, elementos que participavam da administração pública, caracterizando a formação de uma elite local. Os escravos, que eram os africanos e seus descendentes que, a partir do trabalho compulsório, formavam a mão-de-obra fundamental para a mobilidade econômica da região. Apesar de viverem a condição de propriedade pertencente a outro, lutavam contra a situação escrava através de várias formas de resistência, sejam elas formas coletivas, como a organização de quilombos às margens dos vários rios da região, ou através das negociações que lhes rendiam determinadas autonomias, o que podemos considerar como conquistas individuais e cotidianas. E os homens livres pobres, que eram pessoas que formavam o segmento dos desprestigiados, pois apesar de não estarem sob a condição de propriedade, figuravam na marginalidade política, social e econômica. Nesta categoria são identificados os negros libertos, além de agricultores pobres, tropeiros, mestiços, taberneiros, entre outros.¹⁶

Com a configuração social descrita, podemos perceber que não existe exatamente uma bipolaridade social entre senhores e escravos, pois um terceiro segmento social os homens livres pobres já contribui para a desmitificação desta idéia, além da própria heterogeneidade no interior dos grupos sociais descritos.

Nesse sentido, podemos considerar que a luta contra a condição escrava se dava de formas diversas, desde uma atividade realizada de forma incorreta, propositadamente, até as fugas coletivas, passando por animosidades individuais, pessoais e violentas, como um suicídio, por exemplo.

A resistência escrava, ocorrida no Recôncavo da Guanabara, durante o século XIX, não se deu apenas através de formação de comunidades quilombolas. As relações complexas figuradas por pessoas com diversidades de identidade nos permitem constatar que a resistência era constante, realizada através das tensões e das interações típicas do regime escravista e da sociedade que se configurou neste período.

A proliferação de quilombos e a formação de uma rede de solidariedade que se formou em torno de sua manutenção, de acordo com os diversos interesses dos agentes formadores desta rede, são, sobretudo, um símbolo da resistência escrava no Recôncavo da Guanabara. Esta rede de solidariedade era formada pelos próprios quilombolas, pelos taberneiros, que lucravam com o comércio de lenha, bem como por outros escravos que estavam inseridos em categorias de atividades que lhes permitia uma certa autonomia e uma ampla circulação nos espaços de negociação da

¹⁶ Ver BEZERRA, Nielson Rosa. Rebelião e repressão na Baixada Fluminense século XIX. In *Hidra de Igoassú*: Cadernos de textos de História Local e Regional. Ano II, edição especial. Duque de Caxias, Clio, 2000, p. 25-32.

região, como é o caso dos escravos barqueiros e dos escravos do mosteiro de São Bento, da Fazenda Iguaçú. Percebemos que alguns dos agentes desta rede eram escravos que utilizavam a sua autonomia para atender os seus próprios interesses, sejam eles de caráter econômico, ou mesmo social.¹⁷

Tendo por base o Livro de Registro do Escrivão do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, aberto no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1831, pelo vereador Antônio Gomes Brito¹⁸, podemos inferir que a autonomia escrava era bastante significativa, pois o número considerável de alforrias que são negociadas entre os escravos e seus senhores nos permite, inclusive, elaborar a hipótese do acúmulo monetário entre os escravos através de trabalhos que lhes permitam um ganho razoável¹⁹. Por ser uma região de características predominantemente agrárias, de início entendemos a roça e o cultivo de produtos em feriados e dias santos como a principal atividade em função da autonomia. No entanto, se considerarmos que esta região, de forma geral, foi um importante entreposto comercial do ouro mineiro (séc. XVIII) e do café do Vale do Paraíba (séc. XIX), poderemos considerar uma multiplicidade de atividades econômicas para além do cultivo e do escoamento. Sendo assim, as atividades em que os escravos eram empregados também se multiplicavam, podendo eles ter outros ofícios que permitiam a autonomia, o acúmulo de capital e a negociação das alforrias.

Através do citado livro pudemos inferir e analisar, entre os anos de 1832 e o ano de 1871, 76 cartas de liberdade, totalizando um número de 91 escravos libertos. Desta forma, percebe-se que em algumas alforrias eram assinaladas a liberdade de mais de um escravo. Não são raras as ocasiões em que famílias inteiras negociavam e eram libertadas através de um único documento, o que nos permite avaliar estratégias e negociações coletivas para a obtenção de busca da liberdade.

Entre o total de liberdades até agora examinadas, 31% delas eram condicionais. Essas condições eram mais variadas, tais como acompanhar o senhor até a morte, trabalhar para o senhor por mais algum tempo determinado, acompanhar o senhor até uma data previamente estabelecida. Os outros 69% das liberdades eram imediatas, ou seja sem condições algumas para que o escravos pudesse seguir o seu destino e viver como “se de ventre livre fosse de hoje para sempre”.

Outro aspecto bastante interessante para analisarmos as relações entre senhores e escravos que compunham parte da configuração social da região durante o século XIX, são as formas com que se deram as aquisições das liberdades. Entre o total examinado, podemos constatar que em 52% dos casos os senhores expressavam claramente que a liberdade estava sendo concedida por amor, bondade e de forma totalmente gratuita, independentemente de ser condicionada ou não. Mas em 21% das cartas analisadas no decorrer do texto, expressava-se a liberdade em valores monetários, ou seja, ela era comprada. Em 27% dos casos, o tipo de negociação não

¹⁷ Ver GOMES, Flávio dos Santos, op. cit.

¹⁸ Esse livro faz parte do acervo documental do Cartório da 1 Circunscrição de Nova Iguaçú.

¹⁹ Cf. MACHADO, Maria Helena. P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para história social da escravidão. In *Revista Brasileira de História: Escravidão*. V. 8, n 16. São Paulo, 1988, p. 143-160.

era identificado, ou seja, o documento, apesar de não expressar valores, também não utilizava o termo gratuito, dar, conceder, no máximo é utilizada a expressão passar.

Como os dados apresentados, podemos afirmar uma complexidade bastante interessante no conjunto das relações sociais, pois sobre as liberdades “gratuitas” é preciso levar em consideração a ideologia da liberdade que até a Lei do Ventre Livre deveria ser assistida pela vontade do senhor. As alforrias não identificadas também podem estar inseridas neste contexto, sendo a ausência de uma precisa definição fruto de diversas possibilidades, desde a própria forma da redação do documento até as pressões que o escravo conseguia exercer na negociação ou até mesmo a chamada ideologia da alforria.

As alforrias declaradas oriundas de uma negociação monetária com valores expressos nas cartas de alforria representam 21% do total, o que nos permite considerar um interessante poder de acúmulo de pecúlio para este fim, através de uma autonomia do trabalho escravo, bem como um interessante poder de negociação por parte dos escravos, já que na maioria das vezes é ausente o nome de intermediários. Ainda sobre o poder de negociação, é imprescindível assinalar que toda alforria é negociada, sejam em quais campos que a possamos enquadrar, pois ações das mais variadas eram fatalmente exercidas para que o escravo recebesse sua alforria “gratuitamente e pelo amor de seu senhor”.

A autonomia e o poder de negociação dos escravos tornam-se ainda mais intrigantes quando nos deparamos com a divisão por sexo dos libertos: homens, 42%; mulheres, 58%. Estes números demonstram que os homens, que eram maioria entre os quilombolas, apresentados por Flávio Gomes,²⁰ também participavam de ações pela liberdade por meio de negociações com pecúlios adquiridos de suas atividades sejam na roça ou em outras atividades oriundas de uma região de passagem. Mas a maioria dos libertos eram mulheres, que tinham suas opções de negociação mais ampliadas, tais como a própria roça e as atividades no comércio de entreposto, bem como as atividades de “porta para dentro”, além do uso do próprio corpo para acumular dinheiro ou mesmo seduzir os senhores.

Esta quantificação que apresentamos nos permite uma visão bastante interessante das possibilidades de negociação entre senhores e escravos, para além do conflito violento em uma sociedade marcada pelas tensões provenientes do regime baseado na escravidão. No entanto, acreditamos que estes dados ainda são insuficientes para um panorama ainda mais interessante dessas relações. Para tanto, vemos como necessário nos debruçarmos nas minúcias, nas particularidades desses casos, pois desta forma de abordagem todos são falsamente homogêneos, quando sabemos que a sociedade, assim como os seus agentes são heterogêneos, portanto, com formas diferenciadas para se relacionar através do regime escravista. Embora o tipo de documentação não seja muito favorável para uma micro-análise, imaginamos ser possível “identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula”.²¹ Por conta de nossas limitações segundo a tipificação das fontes,

²⁰ GOMES, op. cit.

²¹ LEVI, Giovanni, op. cit.

trabalharemos, neste momento, com situações exemplares de algumas mensurações feitas anteriormente, de forma que tenhamos, mesmo que reduzido, um conjunto de indícios que nos possibilite identificar a complexidade social da qual estamos falando e que geralmente fica escondida por baixo do cobertor de números que caracterizam algumas obras sobre o tema.

Tomando por base as alforrias por nós classificadas como compradas, teremos uma idéia generalizada desse aspecto do problema; ficaremos sabendo também que os escravos “economizavam” pequenas quantias que lhes era possível acumular através das fissuras do regime, e intermediados, ou diretamente, negociavam com os seus senhores. Porém podemos intensificar a tensão e a projeção desta negociação através de um olhar mais cuidadoso, que nos permita inferir além da autonomia do escravo e seu poder relativo de acumular bens, uma “credibilidade” no mercado, já que algumas alforrias são vendidas como se fosse a crédito. Este é o caso de Simplício Crioulo, escravo de Thomé Ferreira Barbosa, cuja carta de liberdade tinha a seguinte justificativa: “Pelos bons serviços deixo por meu falecimento forro liberto, com a obrigação do dito escravo dar cento e dois mil e trezentos réis ao herdeiro que fica com esta carta”. Mas no mesmo documento, em uma de suas margens, segundo o registro, identificamos o seguinte: “Se continha mais em a dita carta = Recebi a quantia de quatro doblas”.

Estas informações nos permitem identificar não apenas o poder de negociar sua liberdade através da compra, mas a perspectiva de um acúmulo de dinheiro no decorrer do seu cotidiano. Esta linha interpretativa nos parece melhor argumentada com o caso da crioula Silvéria, escrava de Luís de José de Vasconcelos, que em 19 de agosto de 1844 tem a sua liberdade condicionada registrada da seguinte forma: “Concedo-lhe a liberdade sendo de baixo das condições seguintes de me acompanhar e servir durante a minha vida e por meu falecimento”.

Este seria mais um registro de uma liberdade condicionada se mais a diante, no mesmo livro, não encontrássemos o seguinte registro sobre a mesma crioula e o mesmo senhor: “Desisto da Carta que tem a condição da dita escrava me servir enquanto eu vivo, mas agora porém como eu tinha recebido da mesma a quantia porque foi avaliada no Inventário que a recebi 250 mil réis e por esta razão faço esta carta para que da data dela faço goze de plena liberdade”. Portanto, é possível problematizar para além de classificações generalizantes em liberdades condicionadas e liberdades definitivas através de comparações de acordo com as percentagens numéricas de cada uma delas. Os exemplos aqui apresentados já nos permitem atentar para detalhes cujos métodos globalizantes nos furtam de termos uma idéia mais clara das complexidades.

Sobre o poder de acúmulo de dinheiro para uma possível compra da liberdade, é bastante interessante o caso da parda Luíza, de 40 anos, e sua filha de 7 meses, ainda não batizada, ambas escravas de João Dias Machado, cuja carta de liberdade, de 1871, dizia o seguinte: “as quais dou igual e plena liberdade para dela gozar, como se de ventre livre nascesse, por ter recebido da mesma a quantia de sete contos e vinte mil réis, em dinheiro deste império”. Esta seria mais uma carta de alforria que dava a liberdade, adquirida através da compra, à mãe e sua filha. Porém entre todos os registros de cartas de liberdade analisados, sem dúvida estas foram as que tiveram o valor mais elevado.

Seria bastante esclarecedor para as nossas reflexões se comparássemos o valor dos escravos inventariados junto com os bens do comendador Bento Domingos Viana, em 1869.²² Entre os 15 escravos arrolados neste inventário, o de maior valor é “Faustino Moçambique, Lancheiro de trinta e oito annos, por um conto e trezentos mil réis. (1:300\$000)”. Entre os demais bens, podemos destacar “Uma caza para vivenda, e armazem contiguo a mesma que serve para negocio, tudo digo negocio e Porto de receber Cargas, tudo bastante arruinado do Capim acharão valer, de dous contos e duzentos mil réis. (2:200\$000)”.

Deste modo, podemos supor que as avaliações são do mesmo período, ou seja, o contexto do regime escravista pode ser considerado o mesmo. Numa abordagem globalizante, nos dois casos estamos tratando de avaliação de escravos, normalmente os do sexo masculino, que tinham um ofício definido e de idade mediana e eram os mais bem avaliados. Mas como podemos perceber, a diacronia é bastante incômoda para um olhar superficial, que seria incapaz de nos permitir ampliar nossas reflexões, caso nos contentássemos com o debruçar sobre as aparentes sincronias.

Os exemplos apresentados são apenas uma pequena demonstração do que achamos que é possível realizar nos estudos desta natureza. Principalmente, por conta da extensão deste texto, não poderemos nos alongar, mas estamos conscientes de que ainda é necessário maior consistência em nossas críticas e em nossas posições analíticas, mas esperamos contribuir para a eferescência deste debate no seio da produção acadêmica.

Infelizmente, o tipo de fonte não é bastante suficiente para uma análise segura das particularidades e minúcias que nos revelariam as riquezas provenientes dessas relações baseadas nas negociações, principalmente quando consideramos as tensões inseridas em qualquer relação social, principalmente se tratando do regime escravista. Porém, esperamos que possamos contribuir para o enriquecimento do debate acadêmico sobre a escravidão e sobre a Baixada Fluminense, através de um diálogo constante do estudo de uma História Local e Regional com o método da microanálise.²³

É bom ressaltar que não é de nossa intenção desmerecer qualquer método historiográfico, bem como elucidar todas as complexidades sociais que se avultaram na região do Recôncavo da Guanabara durante o século XIX, mas é importante destacar que memorialistas e historiadores sejam capazes de investigar para além das problemáticas aparentes e, em nossa concepção, isso é possível através da ampliação dos métodos de abordagem sobre o estudo de uma História Local e Regional, através da análise micro-histórica que “só é renovadora se conseguir revelar seu caráter bifronte, ou seja, se contemplar a diacronia com a mesma reverência com que contempla a sincronia”.²⁴ Neste caso, propomos uma maior atenção para os detalhes, os indícios, onde poderemos, além de analisar as estruturas sociais, desenvolver também um estudo das mentalidades coletivas, tornando-se isso possível quando nos dispusermos a exercer o processo de investigação histórica, ampliando o campo de visão e de interpretação do objeto, através de um olhar microscópico e regionalizado.

²²

²³CEMPEDUCH-BF. *Inventário do Comendador Bento Domingues Viana*. Vila de Iguaçú, 1869.

²⁴Sobre o conceito de microanálise ou micro-história, ver VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

²⁴Ver FREITAS, op. cit., p. 21.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Nielson Rosa. Pau para toda a obra: a importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabarrino. In *Hidra de Igoassú: Caderno de textos de História Local e Regional*. Ano I - nº II. Duque de Caxias: Cempedoch-BF/APPH-Clio, 1999
- _____. Rebelião e Repressão na Baixada Fluminense - Século XIX. In *Hidra de Igoassú: Caderno de Textos de História Local e Regional*. Ano II - Edição Especial. Duque de Caxias, Clio, 2000. P. 25-32.
- CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Edusp, 1965.
- FORTE, José Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1933.
- FREITAS, Marcos C. *Da Micro-história à História das Idéias*. S. Paulo: Cortez, 1999.
- GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1992.
- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. S. PAULO: Difel, 1962.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. In *Revista Brasileira de História: Escravidão*, v. 8, n 16. São Paulo, 1988, p. 143-160.
- LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SOUZA, Marlúcia dos Santos. *Economia e sociedade iguaçuana*. Niterói: UFF. Mestrado em História (mimeo), 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.



ESTRADA DE FERRO RIO D'OURO A FERROVIA DAS ÁGUAS

Guilherme Peres¹

“Rio de Janeiro civiliza-se”. Essa era a manchete dos jornais em 1851, quando a empresa de Irineu Evangelista de Souza, o futuro barão de Mauá, trocava os lampiões públicos de azeite de peixe por bicos de gás e iniciava, em seguida, a construção da primeira ferrovia do Brasil, inaugurada em 1854 com destino a Petrópolis. As primeiras linhas de bonde puxado a burro eram instaladas nas Laranjeiras, dando início aos transportes coletivos da cidade. D. Pedro II, chegando de uma exposição na Filadélfia em 1876, trazia consigo um aparelho telefônico presenteado por Graham Bell, início dos serviços telefônicos que, aprovados, foram instalados nas estações ferroviárias da Estrada de Ferro D. Pedro II, numa extensão de 70 quilômetros, a partir do campo de Sant`Ana. A inauguração dos cabos submarinos telegráficos para a Europa foi um acontecimento que colocava o Rio entre as cidades mais progressistas do mundo durante aquela segunda metade do século XIX.

Entretanto, a água ainda não havia chegado às torneiras do carioca. Carregada em barris e latas na cabeça dos escravos, vendidas de porta em porta, era colhida em algum dos chafarizes das esquinas, que ainda mantinha o hábito, nos hotéis e residências, das pequenas bacias e jarros de louça com água nos quartos, para a lavagem do rosto e “adjacências”.

Era necessário, urgentemente, resolver o abastecimento de água na cidade. O empreiteiro Antônio Gabrielli, que trazia consigo, como carta de recomendação, o trabalho de abastecimento feito em Viena, constando de “duas cartas de crédito de 50.000 libras cada uma”, ganhou “a concorrência que compreendia a captação da água na serra do Tinguá”, na Baixada Fluminense, aberta pelo governo imperial.

¹ Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense IPAHB.

Desde 1870, o engenheiro Antônio P. Rebouças, visitando essa região, havia indicado os mananciais do rio d'Ouro e da serra do Tinguá para o abastecimento da cidade. Em um relatório datado desse ano, “aquele notável engenheiro, também indicava a necessidade de ser construído um reservatório com 100 milhões de litros de capacidade...implantados no centro da cidade”.

Sentiu-se logo a dificuldade para o transporte dos tubos de ferro que chegariam da Inglaterra em busca daquela fonte, onde a água seria recolhida em grandes reservatórios e conduzida aos menores, para ser distribuída à cidade. Uma estrada de ferro seria a solução. Foram importados também trilhos, locomotivas e demais materiais ferroviários para a grande empreitada.

Estávamos em agosto de 1876. Ergueu-se na praia do Caju “uma ponte sobre estacas, com guindastes para o recolhimento do material chegado por via marítima”. Os trilhos foram assentados em direção ao subúrbio de Benfica e Manguinhos, na rua da Alegria, paralela à estrada Real de Santa Cruz, em um trecho mais tarde denominado Suburbana. Na estrada da Pavuna, hoje Automóvel Clube, corriam os trilhos em direção àquele lugarejo para alcançar a estrada da Polícia, onde seriam assentadas suas linhas até Engenho do Brejo, hoje Belford Roxo, seguindo até os mananciais do rio d'Ouro, perfazendo um trecho de 53 quilômetros. Estava assentado o tronco básico para o abastecimento do Rio de Janeiro.

Sucessivamente, foram captados os rios São Pedro, Santo Antônio e o rio d'Ouro, cujas obras de adução ficaram prontas em 1880. Ao término desse trabalho, foi entregue também o reservatório do Pedregulho, com capacidade de 74 milhões de litros, mas, apesar de todo esse esforço de abastecimento, com o aumento da população, sobreveio uma grande seca nos últimos anos do reinado de D. Pedro II, causando o episódio conhecido como “água em seis dias”, comentado no capítulo final deste ensaio.

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Somente em 1883, em caráter provisório, começaram a circular os primeiros trens de passageiros que partiam do Caju em direção à represa rio d'Ouro.

A Baixada Fluminense seria mais tarde dividida em três sub-ramais: ramal de São Pedro, hoje Jaceruba; ramal de Tinguá, que se iniciava em Cava (estação José Bulhões), e o ramal de Xerém, partindo do Brejo, hoje Belford Roxo.

Em 1896, os trens de passageiros passaram a circular com melhor regularidade partindo do Caju, atravessando a rua Bela, Benfica etc., até passar por Irajá, em direção à Pavuna.

Nesta estação, última parada antes de adentrar a Baixada, vê-se o antigo canal onde ficava o porto rodeado de trapiches outrora pertencentes ao comendador Tavares Guerra. Próximo a ele, uma estátua em ferro de mulher oferecia água aos passantes por uma cornucópia chamada “Bica da Mulata”.

Nas terras de Meriti, os trilhos foram assentados sobre a antiga “Estrada da Polícia”, que, partindo da Pavuna, iam encontrar-se com as terras de “Iguassú”, em continuação à estrada que, vindo da Corte, finalizava no rio Preto.

A próxima estação é Vila Rosaly, que substituiu a “Parada Alcântara”, e homenageou a esposa do doutor Rubens Farrula, iniciativa da Empresa Territorial Lar

Econômico, loteando as terras denominadas “Morro da Botica” ou dos “Barbados”, em referência aos pastores israelitas que residiam próximo ao cemitério dessa comunidade e usavam barbas longas.

Coelho da Rocha - Recebeu o nome do proprietário dessas terras, Manoel José Coelho da Rocha, que as cedeu para a passagem dos trilhos e colocação dos dutos, lutando posteriormente para sua transformação em transporte de passageiros. Seu neto Almerindo Coelho da Rocha, herdeiro do que sobrou da antiga fazenda criada por Cristóvão Mendes Leitão em 1739, desfez-se dela, vendendo-a para loteamento.

Belford Roxo - Antiga fazenda do Brejo e anteriormente Calhamaço, lembrando o antigo canal do Calhamaço aberto pelo visconde de Barbacena (seu antigo proprietário), e que formava um braço do rio Sarapuy. Sua estação recebeu este nome em homenagem a Raimundo Teixeira Belford Roxo, chefe da 1ª divisão da inspetoria de águas. Havia em frente a esta estação um artístico chafariz de ferro jorrando água, que o povo denominou “Bica da Mulata”, cuja figura mitológica de uma mulher branca sobraçando uma cornucópia oferecia aos passantes o líquido precioso, que a oxidação do ferro transformou em “mulata”. Cópia da estátua existente na Pavuna.

Areia Branca - Como o nome sugere, esta parada era cercada de extenso areal.

Heliópolis - De Hélios = Sol e polis = cidade, ou Cidade do Sol. Denominação de uma antiga cidade do Egito cujos habitantes adoravam o deus Rá.

Itaipu - De Ita = pedra + ipú = onde a água faz ruído, do tupi-guarani, onde a água estronda.

Retiro - Nome do rio que esta ferrovia transpunha (atual Miguel Couto).

Figueira - Nome do proprietário das terras em que foram assentados os trilhos.

José Bulhões - Também proprietário da localidade pertencente à povoação de Cava, início de outro ramal com destino a Tinguá.

Cachoeira - Em suas terras corriam volumosas águas que desciam da serra do Comércio, compostas dos rios Sabino e Boa Vista, servindo às adutoras do São Pedro.

Paineira - Homenageia uma árvore abundante no Sudeste, da família das malváceas (atual Adrianópolis).

Rio do Ouro - Faz jus ao rio do mesmo nome que corre pouco além de sua estação.

Santo Antônio - Neste trecho, a linha atravessava as terras da fazenda da limeira, pertencentes à Finnie, Irmãos & Cia., e corria sobre três pontilhões.

Saudade - Parada que assimilou o nome de antiga fazenda da região ainda dos tempos das sesmarias, pertencente a uma família portuguesa.

São Pedro - Era o ponto final da linha deste ramal, situada na base da serra do Couto. Os trilhos, porém, prosseguiram para o caso de manutenção até atravessarem os córregos Maria da Penha, Jequitibá e o rio São Pedro, chegando à casa do administrador, nos limites do morgadio de Mato Grosso e nas vizinhanças das terras do marquês de São João Marcos, Pedro Dias Paes Leme, descendente de Fernão Dias, “o caçador de esmeraldas” (atual Jaceruba).

Sub-ramal do Tinguá

José Bulhões - Início dos trilhos que partiam em direção Norte em busca da raiz da serra do Tinguá.

São Bernardino - Situada em terras da fazenda São Bernardino, pertencente a Jacintho Manoel de Souza e Mello, um dos opulentos comerciantes da Vila de Iguassú, com a firma Soares & Mello, onde se vê sua bela casa assobradada em uma elevação do terreno e sinalizada por um caminho que, partindo da estação e ladeado por uma alameda de palmeiras imperiais, ia terminar na entrada principal deste palacete.

Iguassú - Sinalizava a região da antiga Vila de Iguassú. Com uma estrada perpendicular à linha, encontrar-se-ia esta antiga sede do município e um dos portos fluviais mais notáveis da então Província do Rio de Janeiro.

Barreira - Próximo a esta parada, os trilhos cortam um morro argiloso, justificando seu nome. Aqui foram instaladas, nos anos 30, as “granjas da Conceição”, que dividiram uma área de 200 alqueires em lotes para chácaras e sítios

Tinguá - Fim de linha na velha estação de passageiros. Situada na margem esquerda da serra Velha, entretanto, seus trilhos continuavam para a direita na extensão de 6 quilômetros, até a represa do Bacuburu.

Sub-ramal do Mantiquira

Belford Roxo - Partindo desta estação em direção nordeste, a linha transpõe o rio Botas e atinge a garganta do Manuel Ignácio, cujo nome se refere a Manoel Ignácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém, senhor do morgadio de Matto Grosso, cujas terras pertenceram ao brigadeiro Francisco de Paula de Bulhões Sayão. Assim como a fazenda Monte Alegre, que entre seus herdeiros, contava com d. Alice Sayão, casada com o doutor João de Carvalho Araújo, que viria a ser diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Aurora - Nome também de uma velha fazenda que existiu na região, cortada pelos rios Sayão, Botas e o rio Baby.

Baby - Nome da parada, herdado do rio que era atravessado um pouco antes.

Parada 43 - Era antiga posição quilométrica da parada a contar do Caju (42.408m).

Lamarão - Do radical de “lama”, significa a lagoa formada pelas chuvas nas depressões do terreno.

Mantiquira ou Mantiqueira - Antiga “João Pinto”. Deu-lhe o nome o rio em cujo vale estende-se a linha que se dirige às represas do Galrão. É a estação de entroncamento da linha do Xerém. Está situada na velha Fazenda da Posse, pertencente à família Pereira de Sampaio. Dos mananciais que abasteciam o Rio de Janeiro, é o Mantiquira o que contribuía com maior volume de água.

Galrão - Parada e fim da linha situada na antiga fazenda do cônego Galrão, comprada pelo governo em 1886 ao seu então proprietário Manuel Ubelhart Lengruher.

Mantiquira a João Pinto

Outro ramal partindo da Mantiquira tomava rumo norte e passava por Piedade. Pequena parada, após transpor 8 bueiros até chegar em Xerém.

Xerém - Situada na povoação que constituiu a sede do 6º distrito do Pilar, no município de Nova Iguaçu, tem seu nome originado no antigo proprietário dessas

terras, o inglês John Charing, que desde 1725, estava ocupado em alugar barcos para transporte, através do rio do Couto (ou Pilar), na passagem do Caminho do Ouro. Convivendo com escravos e pessoas de pouca instrução, teve seu nome modificado para Cherem e, posteriormente, definindo sua corruptela em Xerém.

João Pinto - Final da linha deste sub-ramal junto à represa para a captação das águas do rio do mesmo nome.

Registro - Este sub-ramal partia de Xerém em direção às represas do Covã, Itapicú, Paraíso, Alfa e Perpétua.

ÁGUA EM SEIS DIAS

O verão de 1888 trouxe conseqüências terríveis ao Rio de Janeiro, com a permanente estiagem que já durava alguns meses. Além da seca que se anunciava nas poucas torneiras e chafarizes espalhados pela cidade, o povo sofria também com uma epidemia de varíola que se abateu sobre a metrópole. Reunido com o Conselho de Estados, o imperador D. Pedro II resolveu abrir concorrência para o aumento de captação de águas, que viessem suprir a população do precioso líquido.

Todas as propostas apresentadas relatavam um longo período de trabalho, justificado pela dificuldade e distância da região, mesmo com o aproveitamento dos reservatórios e da canalização construídos na serra dos Órgãos. Note-se que esse episódio da “água em seis dias”, que faz parte da história do Rio de Janeiro, foi executado aproveitando-se todo o complexo hidráulico e ferroviário existente, assentados 12 anos antes, e não como registram alguns historiadores, com o assentamento dos trilhos, aguadutos etc.

Ao escrever uma carta ao jornal “Diário de Notícias”, cujo proprietário era Rui Barbosa, em março de 1889, o jovem e recém-formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, doutor Paulo de Frontin, impressionou a todos quantos a leram, pois esse afirmava que poderia aumentar o volume de água fornecido à cidade, com mais 15 milhões de litros diários, no prazo recorde de 6 dias, ao preço de 80 contos de réis.

O imperador mandou chamá-lo para expor melhor suas idéias e, dias mais tarde, junto com o ministro Teodoro da Silva, era assinado um contrato no dia 16 de março de 1889, que também lhe daria o direito de usar os tubos de ferro estocados no depósito, dois trens, 800 trabalhadores, igual número de machados, foices, etc, tendo como seus colaboradores principais os doutores Pereira Passos, Júlio Paranaçu e Diogo de Vasconcelos, assessorados por alunos da “Politécnica”.

Ao transformar o Caju, estação inicial da rio d'Ouro em depósito e escritório central, Paulo de Frontin iniciava naquele mesmo dia uma corrida contra o tempo. “Dezenas de carroças, puxadas por burros e cavalos, iam transportando para a mesma estação centenas de tubos que ele pedira, e que se encontravam nos depósitos da rua Estácio de Sá tudo se movimentando, os operários, as carroças, os engenheiros, os bondes e o trem especial... sob um tremendo temporal, que a todos encharcava impiedosamente”.

Na Baixada Fluminense, os trabalhadores alojaram-se na estação de Tinguá e galpões vizinhos, para o início do trabalho de captação das águas ainda não aproveitadas, da serra Velha e outras próximas, que através de calhas seriam conduzidas para a represa do Barrelão.

A fazenda do barão de Tinguá, onde se alojaram os engenheiros, recebia diariamente diversas personalidades da época, como nos conta Brasil Gerson: “Capistrano de Abreu, Coelho Neto e Barata Ribeiro”, entre outros, “que iam visitá-los e incentivá-los”, citando trechos de Coelho Neto que mais parecem trechos de ensaios literários, descrevendo os trabalhos noturnos na floresta: “com archotes nas mãos, como num fantasmagórico e lento *ballet* de vaga-lumes gigantes”.

No final dos seis dias a cidade recebia, não os 15 milhões de litros prometidos, mas 16. Recebido triunfalmente pela população na estação do Caju, o doutor Frontin desfilou “num 'landau' puxado por belos cavalos brancos”, em manifestação promovida pelo Derby Clube e a Escola Politécnica, incluindo uma visita a várias redações de jornais.

AMONTANHADAS ÁGUAS

Contornada pelo paredão da serra do Mar, a Baixada Fluminense tem o privilégio de possuir em seu subsolo, uma das maiores riquezas naturais da região: a água. Entretanto, a história revela a angústia durante muitos anos de seus habitantes em tê-la canalizada para seu uso. Explorada pelo Rio de Janeiro desde os tempos coloniais, a devastação dessas matas tem sido responsável pelo nefasto trabalho de erosão e dificultando em sua fonte o armazenamento de água das chuvas. Vítima da extração de lenha e carvão para as locomotivas e uso doméstico, teve na estagnação de suas nascentes a grande responsável pelas febres palustres que atacaram a região na segunda metade do século XIX.

Para atender o abastecimento do precioso líquido na capital, o imperador anunciou a compra de terras “regadas por água potável para abastecimento da Corte junto ao vale do rio São Pedro”. Apresentaram-se diversos proprietários, entre eles o doutor Manoel Peixoto de Lacerda Werneck e sua mulher, de Vassouras; e d. Maria Isabel do Nascimento, de Sant’Ana das Palmeiras, encabeçando uma dúzia de assinaturas na proposta endereçada ao monarca: “que tratando o governo de vossa Magestade Imperial para o estado, dos diversos terrenos junto ao rio São Pedro, necessário para que tenha lugar a canalização e abastecimentos da água para esta corte, e sendo suplicantes proprietários de parte desses terrenos, vem oferece-los ao governo pelo preço razoável que se ajustar, mediante acordo com os suplicantes”.

Segundo o saudoso professor Ruy Afrânio, “estes terrenos com mais de 400 alqueires, foram vendidos por cem contos de réis. Mesmo na época, quantia irrisória para tal área”, acrescida da doação de terras feita por Francisco Pinto Duarte, o barão de Tinguá.

Canalizadas as águas do rio São Pedro em 1877 e seus afluentes, “seguiram-se as do rio D’Ouro, em 1880 com os seguintes aguadouros: Limeira, Honório, Soldado Nery, Santo Antônio e d’Ouro, que vão engrossar as nascentes do Sabino e Augusta”.

Na serra do Tinguá, em 1893, foram captados os córregos do “Macuco, Bacurú, Esperança, Serra Velha, Esperança, Comprido, Bacuburú e Ponta”.

Em Xerém, nova adutora é construída em 1908, na busca de seus mananciais: “Paraíso, Alvo, Perpétua, João Pinto e Registro.

As águas do Mantiqueira, canalizadas em 1912, serão comentadas em capítulo à parte deste ensaio, transcrevendo o trabalho insalubre a que ficaram expostos os

trabalhadores naquela região. Conduzidas para essa adutora, vieram se juntar os mananciais Fazenda, Ribeiro, Mantiqueira, Guerra, Aniceto, Galrão e Mato Grosso.

Ao final desses trabalhos, cinco grandes adutoras atravessavam o solo da Baixada Fluminense em direção ao Rio de Janeiro, sem que aqui ficasse uma gota. “A do São Pedro juntava-se com a do rio d'Ouro, para se juntar com a do Tinguá em Vila de Cava. Essas três vão se encontrar com mais duas, a do Xerém e do Mantiqueira em Belford Roxo, daí seguindo as cinco para o Pedregulho”.

MANTIQUEIRA

O inferno das águas

No inverno de 1912, um repórter da “Gazeta de Notícias”, tradicional jornal que circulava no Rio de Janeiro, visitou a região da Mantiqueira, último baluarte a ser vencido na guerra de abastecimento das águas para a capital, e deixou registrado o sofrimento de centenas de trabalhadores e dirigentes, atacados pelas febres palustres que grassavam naquele território.

Ao embarcar na estação de Alfredo Maia, às 7 horas, na velha maria-fumaça, o repórter registra a lentidão da “carroça”, que se arrasta entre o bucolismo da região rural, “quarenta e cinco minutos depois chegamos a estação de Inhaúma, onde aguardamos a saída do trem da Estrada do Rio d'Ouro que partiu as 8:05”. Em sua sonolenta viagem, desfilam, através da janela, “grandes roças, campinas vastas, pastos de gado”, que o repórter, num rasgo de inspiração comenta: “À proporção que a locomotiva avançava o panorama crescia em beleza, em encanto e em surpresas suaves”. Em um vagão de primeira classe, nota a presença de apenas três passageiros, e nos dois vagões restantes “atulhavam-se um bando de gente de roupas grossas e mãos calosas”.

Ao chegar à estação de Belford Roxo, antigo Brejo, fica à espera do trem com destino a Xerém, pois “aqui começa o ramal”. O vagão que compõe o comboio chama-se “lastro”, puxado pela locomotiva número 38, e consiste em uma prancha aberta que conduz “os operários que trabalham na canalização das águas potáveis”. “A linha tem inúmeras subidas e descidas e atravessa uma zona pitoresca, pelo menos para quem lá vai pela primeira vez, ora corta rampas altíssimas, ora corta pântanos coléricos de vegetação, ora margina florestas de árvores floridas”. Uma música suave se envolvia com o ranger dos trilhos e os silvos breves da locomotiva, quando “um operário tocava harmônica de boca enquanto outros jogavam dominó ou merendavam”.

Atravessando o rio Iguassú, o repórter anota a presença de imensos pântanos a margear os trilhos, resultado da devastação sofrida durante séculos de exploração. “Às 4:40 o lastro chegou ao lugar denominado “ponta dos trilhos”, kilometro 27”.

Em Mantiqueira, posto central do imenso exército de operários que trabalham na serra, registra-se “uma centena de ranchos de sapé dispostos sem simetria”. Em um armazém onde os trabalhadores fazem compras “e o proprietário deve enriquecer antes de nós termos água”, dirigido por “um tal, seu Peixoto”. “Os operários sem dinheiro, compram ali pelo sistema de vales ao portador assinados pelo chefe da turma. O troco é dado por meio de fichas, que só tem valor na mesma casa”.

Em frente ao armazém, um grande barracão coberto de sapé servia de hospital, e ali vamos encontrar um médico sanitarista já famoso trabalhando no “Serviço de

Saúde Pública”: o doutor Carlos Chagas, junto com o doutor Arthur Neiva, “a cargo dos quais está a profilaxia da febre palustre”. Construído para abrigar 40 enfermos, só contava com 12 leitos. “Inaugurado no dia 20 de março, quarenta dias depois, isto é, no dia 30 de abril, tinham dado entrada nesse barracão necessário 119 enfermos, todos, absolutamente todos, de febre palustre”.

Mais de mil homens, contratados para captarem água na serra do Mantiqueira, agora lutavam para salvar a vida, vítimas dos desmatamentos que transformaram charcos e pantanais no celeiro da febre amarela. Recolhidos àquele “hospital”, com o número reduzido de leitos, o repórter deve ter visto homens semimortos envolvidos em lençóis deitados no solo. “Olhando as janelas, tapadas de telas de arame, para evitar a entrada dos mosquitos, verdadeiros enxames pelo ar”.

“O volume de água captado é de 150 milhões de litros... acham-se nesse serviço 1400 operários distribuídos da maneira seguinte: 500 operários para a construção da João Pinto, que dista 6 quilômetros do Mantiqueira, sob a direção dos Drs. Lima e Silva e Gonçalves Novaes; 300 operários para a canalização das águas, sob a direção do Dr. Borges Fortes; 500 operários em Mantiqueira, Galvão e Mato Grosso sob a direção dos Drs. Galdino Faria e Imbuzeiro. O chefe do prolongamento da estrada até o quilometro 37 é o Dr. João Silva, ao cargo dos qual estão as obras de arte da estrada”.

O repórter, obrigado a pernoitar no acampamento por falta de transporte, registra: “foram armados em frente de cada tenda, grandes fogueiras para espantar os mosquitos, verdadeiras nuvens de pernalongos”. De onde estava, divisa o paredão da serra dos Órgãos: “tocado ao luar o negro áspero da serra, nós estávamos nas fraldas dos Órgãos, a pegar entre os horrores da morte, a água para a civilização”.

No delírio da febre, alguns gritavam vozes desconexas que agrediam o silêncio do “hospital”, a poucos metros de onde estavam acampados: “jacarés! Há muitos jacarés! Vivem nos charcos os jacarés. Os jacarés e os mosquitos nesta terra nascem dos paus como o capim na terra, e eu tenho medo dos jacarés”.

Nossa homenagem a esses trabalhadores anônimos e ao repórter da “Gazeta de Notícias” que, em 1912 transitou pela história, deixando registrado para a posteridade o único depoimento de que temos notícia em forma de reportagem, hoje transformado em um fragmento de jornal. Reportou a desdita desses homens em frangalhos, mortos-vivos perdidos na imensidão da serra, desafiando a morte na captação de água potável tão necessário à vida. Relatou a epopéia da luta de conquista do solo na Baixada Fluminense, em busca de melhores condições sociais, e nos orgulhamos hoje de transmitir esse conhecimento às novas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguaçanas*. Edição do autor.
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves. *Estrada de Ferro Rio D'Ouro*. Rio de Janeiro, Apostila, 1999 (mimeo).
- SANTOS, Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1996.
- VASCONCELOS, Max. *Vias Brasileiras de Comunicação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.



O DEBATE ÉTNICO E A UNIÃO CULTURAL DOS HOMENS DE COR EM DUQUE DE CAXIAS

Marlúcia dos Santos Souza¹

Apresentação

O presente artigo pretende provocar uma reflexão acerca do debate étnico construído em Duque de Caxias nos anos 50 e 60 do século XX. Ao mesmo tempo, suscitar a importância de um trabalho com maior fôlego em torno da condição do negro na Baixada Fluminense e das diferentes falas acerca do debate étnico no período citado.

O debate étnico e a União Cultural dos Homens de Cor

A população caxiense nos anos 50 e 60 constitui-se de forma significativa pela presença de negros. Segundo o censo de 1955, a população de Caxias era composta por maioria de negros e pardos. Evidentemente que ainda era necessário relativizar o número da população branca, visto que, usualmente, a concepção do que vinha a ser negro restringia-se à cor da pele. Logo, apesar de ser filho de negro, um indivíduo com a pele mais clara poderia ser considerado branco ou moreno.

População Presente por Sexo e Cor no Município de Duque de Caxias Ano: 1955

Classificação por cor	Homens	Mulheres	Total
Branco	22.002	20.708	42.710
Pretos	10.695	10.482	21.177
Amarelos	15	13	28
Pardos	14.108	13.678	27.786
Total	47.173	45.286	92.459

OBS: Somando-se o número de população negra e parda teremos um total de 48.968.

Fonte: Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro. Série Regional, Volume XXIII,

Tomo 1. RJ: IBGE, 1955:69.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense / UFF. Professora da rede pública estadual. Diretora do SEPE/Duque de Caxias. Chefe do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias / FEUDUC. Diretora de Pesquisa do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de História da Baixada Fluminense / CEMPEDUCH-BF.

Apesar dessa presença, os registros e pesquisas em torno do negro na Baixada são incipientes. Essa presença permanece ainda hoje no silêncio e no esquecimento da historiografia. Durante o nosso levantamento de fontes conseguimos localizar nas obras de Santos Lemos e nas de Solano Trindade a presença negra em Caxias nos anos 50 e 60.

No caso do primeiro, Caxias aparece como lugar da exclusão do negro. Ele publicou três obras narrativas de memórias da cidade nos anos 50 e 60: “Sangue no 311” (1967), “O Negro Sabará” (1977) e os “Donos da Cidade” (1980). O conjunto de suas obras faz parte de uma série nomeada “Crimes que Abalaram Caxias”.

Santos Lemos é apresentado na obra “Sangue no 311” por Lauro da Silva Mello. Inicialmente como jornalista, depois como escrivão de polícia, como advogado e em fins de 60, como delegado de uma cidade interiorana do estado. Segundo ele, Santos Lemos era um homem baixo, simples, que conhecia o submundo naquele período, descrevendo-o com habilidade em suas obras. Alguns chegaram a apontá-lo como o sociólogo da cidade. Laís Costa Velho o descreve na mesma obra como a testemunha dos atos selvagens.

“Durante mais de 15 anos Santos Lemos viveu neste mundo. Chegou a ser correspondente de 8 jornais da antiga capital federal... O ambiente asqueroso chegou a transformá-lo num alcoólatra”.²

O próprio Lemos apresentava-se como aquele que estava tão envolvido com o submundo que a ele havia se incorporado.³ Quando Santos Lemos escreveu “O Negro Sabará”, já era delegado, repórter e membro da Academia Duquecaxiense de Letras e Artes. Nesta obra, narra a trajetória de Ismael Gonçalves da Silva, conhecido como Sabará, e ao mesmo tempo da cidade fronteiriça à capital federal. Carlos Ramos a define como uma narrativa da vida turbulenta do famoso bandido como pretexto para apresentar a realidade de uma época e de uma cidade, “uma cidade reduto migratório de nordestinos que ganham a capital federal e faziam da ainda selvagem região o seu dormitório”.

Lemos afirma no prefácio que sua obra “O Negro Sabará” é uma descrição da cidade no período de 1952-64 e da biografia de um homem, filho de coveiro, nascido em Magé e fruto das suas condições materiais e da discriminação racial. Sabará é apresentado como um homem negro alto, freqüentador dos *rendez-vous* da cidade, principalmente o da Olinda de Macedo, situado no centro de Caxias, próximo à sede da prefeitura. Adorava uma maconha, uma cachaça, um baralho, um bilhar e a branca Rosa para se deitar. Algumas vezes atuava como cafetão dela e realizava pequenos assaltos. Quando a coisa apertava, sumia por um tempo, mas logo retornava. Em situações de fuga, poderia esconder-se provisoriamente no terreiro de Joãozinho da Goméia. Sem formação e emprego, Sabará era o retrato de muitos negros e negras da cidade. Para sobreviver, eles viviam da prostituição, dos assaltos, da venda de maconha, das jogatinas, dos trabalhos pesados e temporários ou ainda nos empregos de baixa remuneração.

² LEMOS, 1967: 10.

³ Lemos presenciou a saída de policiais com um preso que seria transferido no dia seguinte. Ele foi obrigado a acompanhá-los até a Rio-Petrópolis e a participar da execução do preso. Isto foi imposto pelos policiais como garantia de seu silêncio.

Após a tentativa de um assalto, Sabará foi preso. Lemos relatou as torturas sofridas por ele na Delegacia 311, inclusive as surras de pau-de-arara que o deixaram quase morto e com seqüelas terríveis. Quando saiu da prisão, Sabará estava impossibilitado de realizar trabalhos pesados, restando-lhe a prestação de serviço nas casas de família, encerando e limpando. Dormia de favor na garagem da delegacia, graças à interferência de Lemos.

Sabará é visto na obra como um bom malandro, vítima da violência policial e das estruturas econômicas. Ironicamente, regenerou-se a partir do sofrimento, sendo incorporado ao próprio espaço da delegacia. Sabará seria o retrato do “homem que virou suco”, fisicamente impossibilitado, não ameaçava mais a “ordem pública”.

Lemos dedica parte de suas obras para descrever o racismo em Caxias e registra várias falas de negros e negras, portadores de uma consciência da discriminação racial. Em “Sangue no 311”, ele relata que em 1954, a Câmara sancionou uma deliberação que impedia a renovação das licenças dos hotéis que exploravam o lenocínio. O delegado Amyl Ney Reycharde enviou uma ronda para assegurar o fechamento dos hotéis, dos *rendez-vous* e das boates. Várias mulheres foram presas, mas segundo Lemos, apenas as negras e as velhas eram trancafiadas.

“As bonitinhas ou com fama, apenas transferiam-se da esquina do pecado para um hotel das luxúrias, de braços dados com o alcagüete, soldado ou investigador, pois quase todos tinham seus amantes no «bas fond» ou variavam cada noite com uma meretriz, que nunca era presa”.⁴

Algumas prisioneiras eram libertadas pelos cafetões preocupados com o prejuízo de uma noite. Já as negras e velhas não escapavam da ronda e da permanência no xadrez. Ele nos apresenta Cofap, uma mulher extremamente gorda, com 40 anos e mais de 25 de prostituição. Viera moça do Nordeste. Como não conseguiu emprego, prostituiu-se para matar a fome. Era uma meretriz barata, que servia aos trocadores de ônibus ou estudantes nos lugares escuros do shopping center.⁵

Já Alzirinha era mulata de nariz achatado, gostava de cachaça e de maconha. Nada sabiam dela, exceto que era baixa e que sabia dar cabeçada e rasteira como homem. Não tinha medo da polícia e gostava de xingar os casais bem comportados. Jamais dormia com um homem que fosse da polícia, dizendo: “Nem pagando! Não gosto de Tira. Só sabem fazer desgraça da gente, protegem os brancos, batem nos pretos. Em cima da mamãe aqui, eles não sobem”.⁶

“Alzirinha tinha uma luta com o mundo: o da discriminação racial. Achava que a pobreza que sofreu no Nordeste, o seu disvirginamento na plantação de cana em Pernambuco e a prostituição nas ruas imundas de Caxias, eram produtos de sua epiderme escura”.⁷

⁴ LEMOS, 1967: 76.

⁵ LEMOS, 1967: 77.

⁶ LEMOS, 1967: 81.

⁷ Idem

A consciência do racismo sofrido estava presente nos relatos dos atores que o autor nos apresenta. Ele descrevia com certa admiração o “sábio Fiô”, atravessador de ervas e que vivia do aluguel de umas casinhas em uma vila. Além disso, havia ainda os michês de sua companheira apaixonada Geralda. Apesar de ser chamado de “Rei da Maconha”, Fiô não era considerado perigoso. Dificilmente era preso, porque dava propina para a polícia. Santos Lemos chamava Fiô de sábio porque conhecia a história do povo negro, de Zumbi e explicava a condição do negro na atualidade. Para ele, a vida na cidade era uma reatualização do passado escravo. A situação de exploração, o envolvimento com a maconha e com a prostituição, a violência expressa pelas prisões dos negros e pelo fato de os pretos encherem o cemitério do Corte Oito eram os novos sinais da escravidão imposta. Ele dizia sobre Palmares:

“... queriam viver suas vidinhas, livres, trabalhando para eles mesmos. Brancos para lá, negros para cá... mas os homens brancos não se contiveram, era folga demais dos negros. Precisavam dos crioulos para a lavoura. A História se repete. Os brancos de hoje, os poderosos de Caxias, querem acabar com os negros, com os pobres, querem galgar postos sobre os cadáveres dos homens de cor”.⁸

Fiô responsabilizava o racismo e a pobreza pela sua própria condição e a de Geralda, que se prostituiu aos 15 anos, após seu pai ter abandonado sua mãe.

Ao lermos as três obras de Lemos nos perguntamos o porquê da ênfase dada à discriminação racial na cidade. Seria por conta do envolvimento pessoal que ele mantinha com esses negros ou pelo fato de o racismo ser tão acentuado na cidade que era impossível não se referir a ele? Talvez as duas coisas. O próprio autor afirmou em suas obras que os personagens narrados não eram virtuais, e sim, reais. Sua história contada é uma narrativa do que via, era seu testemunho.

A condição de pobreza do negro na cidade, associada à vinculação de sua imagem à marginalidade, fez com que negros letrados, médicos, advogados, artistas e profissionais liberais apostassem em iniciativas de afirmação do negro. Surge então em Caxias um núcleo da União Cultural Brasileira dos Homens de Cor - UCBHC, em 1949. As instituições de assistência e culturais, como os clubes negros e as uniões culturais, proliferavam pelo país após o fechamento da Frente Negra Brasileira⁹ em 1937.

A UCBHC de Caxias possuía uma sede no centro da cidade com biblioteca, assistência médica, dentária e jurídica. Era composta por uma diretoria, duas subdiretorias, uma em Tinguá e outra em Parada Angélica. Possuía ainda vários departamentos, como o feminino, o de propaganda, o de cultura e os de assistência. A União organizava festejos, almoços, comemorações nos dias da família negra e datas consideradas importantes, promovia atividades culturais que dessem visibilidade ao artista negro, movia processos em defesa dos associados, realizava concursos de

⁸ LEMOS, 1980: 24.

⁹ A Frente Negra Brasileira foi criada em 1931 e congregava cerca de 200 grupos e instituições. Voltadas para a luta contra a discriminação racial, articulavam variadas ações de protesto a condição do negro. Ver SANTOS, Paulo Roberto dos. Instituições Afro-Brasileiras. RJ: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1984.

beleza etc. Em 1954, Lea da Cruz Valentim foi coroada rainha da União Cultural, tendo obtido 4.521 votos. Sua votação expressa, de certa forma, o alcance do envolvimento da União.¹⁰

Lemos dizia que a UCBHC era um instrumento dos negros metidos a branco que se valiam da lei e da cultura para fazer frente ao branco. “Eles lutavam com bailes e livros contra os brancos, sempre cada vez mais poderosos, que só queriam as negras para a cozinha ou para a cama”. Nos bailes da União Cultural, gente como Sabará não seria bem-vinda. Para Sabará, restava seu amigo Fiô, Rosa e Joãozinho da Goméia.¹¹

Santos Lemos chamava os candomblés de malditos, dizia que o som dos atabaques fazia parte do cenário da cidade e que o babalorixá Joãozinho da Goméia era um dos mais importantes donos da cidade. Joãozinho era baiano, católico até os 16 anos, quando uma doença o levou ao candomblé. Tornou-se filho de santo de Jubiabá (Severiano Manoel de Abreu) permanecendo em sua casa por três anos. Passou a morar e atender na casa de sua madrinha, na Estrada da Liberdade. Posteriormente, precisou de um espaço maior, instalando sua casa na Rua da Goméia, no bairro de São Caetano. As festas, os jogos de búzios, os ritos de iniciação tornaram sua casa conhecida, ampliando assim o número de seguidores de Joãozinho. Entre os visitantes mais conhecidos estava Jorge Amado.¹²

Em fins de 1942, veio para o Rio de Janeiro para instalar no Distrito Federal sua nova casa. Contudo, as perseguições às religiões de origem africana o fizeram retornar à Bahia. Em 1948, com 34 anos, retornou ao Rio e instalou sua casa em uma periferia do Distrito Federal: Duque de Caxias. Segundo a revista *O Cruzeiro*, em dias de festa o terreiro de Joãozinho reunia mais de 6.000 crentes do candomblé.¹³

No dia do sepultamento do “rei do candomblé”, em 1971, mais de 4.000 filhos de santo do babalorixá acompanharam o cortejo, o que revelou a sua popularidade na região. Entre os políticos importantes que mantinham contato com Joãozinho, podemos destacar: Ademar de Barros, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, embaixadores da França, do Paraguai e da Inglaterra, ministros do governo brasileiro, etc.¹⁴

Em 1956, Joãozinho da Goméia foi levado ao Tribunal de Umbanda por ter desfilado no baile de carnaval, no Teatro João Caetano, travestido de Arlete, uma vedete da época. Cerca de 3.800 tendas de Umbanda do Rio de Janeiro julgaram seu comportamento. Segundo a imprensa, a diretoria da Confederação Umbandista deixou os búzios resolverem, e ele foi absolvido.

Através das manchetes de 1956, foi possível identificar as críticas ao comportamento ousado do babalorixá e aos presentes caros recebidos em troca de favores. Na revista *O Cruzeiro* de 17 de março de 1956, um jornalista indagou a

¹⁰ Luta Democrática, 25 de maio de 1954.

¹¹ LEMOS, 1980: 78-79.

¹² VARGAS, Francisco. *Joãozinho da Goméia: Candomblé Perde o Rei*. In: *O Cruzeiro*, 31 de março de 1971: 28-32.

¹³ LEMOS, Ubiratan de. *Joãozinho da Goméia no Tribunal de Umbanda* In: *Revista O Cruzeiro*, 17 de março de 1956.

¹⁴ *O Cruzeiro*, 31/03/1971.

Joãozinho acerca das acusações feitas contra ele, principalmente no que se referia à cobrança de entradas no terreiro e à aceitação de presentes caros em troca de favores. Frente às acusações, Joãozinho respondeu:

“Você conhece esse tipo de pessoa. Mas o que eu posso fazer para calar a língua dessa gente... Já sei que falaram dos carros, das porcelanas que tenho em casa. Sim meu velho, eu tenho recebido alguns presentes por insistência dos que foram beneficiados por favores meus. Mas não cultivo uma indústria de presentes, note bem! Tenho profissão liberal. Sou costureiro, alfaiate e crio porcos. Apesar de ser um criador-mirim, ponho o suficiente para comprar o feijão e a carne seca”.¹⁵

Joãozinho era tido como um diplomata, um mediador entre os seus filhos e autoridades políticas que compunham a sua esfera de influência. Era tido também como um acoiteiro de seus filhos de santo, mesmo daqueles que fugiam da polícia. A partir de 1952, ele manteve uma escola primária gratuita para 30 crianças, alargando ainda mais o seu prestígio. Associou-se à Sociedade Pró-Melhoramentos da Vila Leopoldina, contribuindo financeiramente para os investimentos de melhoria no bairro. Produzia cantos religiosos e tornou-se o babalorixá mais importante da região fluminense.

Segundo Newley, Joãozinho era o maior benfeitor de Caxias e recebia em média 140 pessoas por dia. Ele conseguiu uma bolsa de estudos e emprego na França para o físico Natanael Ror, e através dos contatos mantidos com diplomatas franceses, ajudava seus filhos, financiando eventos e festas sociais:

“Estivemos com Joãozinho para convidá-lo para uma festa que estávamos organizando no Clube dos Quinhentos. Perguntamos quanto custaria a sua apresentação e ele financiou toda a festa. Pediu apenas 100 convites para distribuir para seus amigos diplomatas. Joãozinho ficou emocionado dizendo que o convite proporcionou a ele a maior glória de sua vida: a sociedade de Caxias o chamava, o aceitava e o reconhecia. A apresentação de Joãozinho foi um maior sucesso e provocou um rebu na cidade”.¹⁶

Joãozinho mantinha também boas relações com o getulismo. Recebia diplomatas e políticos do PSD e do PTB, nacionalmente conhecidos. Apesar de sua influência, Joãozinho não era bem visto pela maioria das famílias pertencentes aos grupos dominantes locais. A sua condição de *gay*, suas apresentações em clubes e boates, a sua imagem irreverente e o seu credo mantinham o babalorixá muitas vezes segregado do convívio social dessas famílias.

¹⁵ *O Cruzeiro*, 17/03/1956.

¹⁶ Entrevista realizada em 1995 pelo Jornal *Tiro de Letra*.

Diferentes caminhos de superação da condição vivida pelo negro na cidade foram construídos. Quer seja pelo caminho da assistência, do religioso ou das mudanças estruturais. Solano Trindade foi a melhor expressão desse último caso. Ele nasceu em 1908, no Recife, e foi diácono da Igreja Presbiteriana. Em fins dos anos 20, começa a sua produção de poesia negra e a sua militância política no movimento negro. Participou, em 1934, do I Congresso Afro-Brasileiro no Recife e no II, em Salvador. Em 1936, participou da fundação do “Mulato”, da Frente Negra Pernambucana e do Centro de Cultura Afro-Brasileira. Publicou sua primeira obra, “Poemas Negros”, e em 1940 ajudou a fundar, em Pelotas, um grupo de arte popular. Chega ao Rio de Janeiro e em 1943 atuou na criação do Teatro Folclórico Brasileiro e do Teatro Popular Brasileiro, em 1949.¹⁷

Em 1943, Solano Trindade já residia em Caxias. Newton Menezes nos relatou em entrevista que ele e Maurício Azedo atuavam na Juventude comunista e ajudavam Solano no Teatro Popular Brasileiro. Em Caxias, Solano e Newton se articularam com Barbosa Leite, Plínio Batista, Guilherme Peres, Rogério Torres e outros para promover a cultura caxiense. Eles fundaram o grupo ARCO e o jornal O GRUPO para dar visibilidade às suas propostas: biblioteca pública, escolas, feiras de livros, cursos de artes, exposições de artes plásticas, construção de um teatro e de um centro cultural, exposições livres das obras dos artistas locais, etc. Organizaram feiras de amostra cultural, de venda de livros, ajudaram na edição e venda do livro de José Lustosa acerca da história da cidade e editaram uma revista intitulada Caderno de Cultura.¹⁸

Newton Menezes nos dizia na entrevista que havia comunistas e liberais no grupo, e a unidade se dava a partir do viés cultural. Apesar da unidade havia diferenças em torno das concepções políticas. Os comunistas, organizados em sua base, atuavam no movimento cultural, em movimentos dos Centros Pró-Melhoramentos de Bairros, no movimento operário (metalúrgico, ferroviário, petroleiro, rodoviário, alfaiates, etc), camponês, feminino. O partido possuía uma sede em Caxias, onde eram realizados os encontros, seminários e debates com nomes do partido e intelectuais da esquerda.

Newton nos relatou que leu uma obra de Leandro Konder e que concorda com o afirmado por ele acerca dos comunistas de seu tempo. Os comunistas eram movidos por crenças quase positivistas e cristãs. Dar ao povo a fala, a libertação, a possibilidade da transformação social.

“Havia um sentimento maior, um sentimento humanista que nos movia. Um sentimento de vida, de negação da opressão. Queríamos tirar o povo da miséria sem nos importar com os sacrifícios que teríamos que fazer. Intuitivamente nós queríamos a essência do homem, o lugar do homem. Eu, Solano e outros comunistas como Salles, Corina, Zé Cunha, Maneco, Grassíneo,

¹⁷ Ver TRINDADE, Solano. *Tem Gente com Fome e Outros Poemas*. Antologia Poética. RJ: DGIO, 1988: 37.

¹⁸ Entrevistas realizadas com Rogério Torres, Guilherme Peres em 2000 e com Newton Menezes de Almeida Menezes em 2002.

Batmasterson, Alecrim, Adelino, Valdair, Plínio Batista... tínhamos como meta a organização das massas, fazer as pessoas se organizarem em qualquer coisa. De certa forma formávamos uma igreja, éramos pretensiosos.”¹⁹

Para ele, Solano Trindade era portador dessa crença, sua perspectiva marxista e humanista influenciou imensamente a produção poética. Dizia ter orgulho de sua origem pobre (“*o meu bairro era pobre, mas ficava bonito se metido um luar*”), da descendência africana e do passado do povo negro: “*Eu tenho orgulho de ser filho de escravo... Troncos, senzala, chicote, gritos, choros, gemidos. Oh! Que ritmos suaves, oh! Como essas coisas soam bem nos meus ouvidos*”. O orgulho de sua descendência oprimida e seu compromisso de classe estava acima de seu pertencimento étnico.

Orgulho Negro

*Negros que escravizam
E vendem negros na África
Não são meus irmãos
Negros senhores na América
A serviço do capital
Não são meus irmão
Negros opressores
Em qualquer parte do mundo
Não são meus irmãos
Só os negros oprimidos
Escravizados
Em luta por liberdade
São meus irmãos
Para estes um poema
Grande como o Nilo.*

Para Solano, o negro só encontraria a sua redenção quando as transformações estruturais fossem realizadas. Assim pensava também a cidade. Para mudá-la, era necessário uma mudança estrutural e universal.

Epigramas Caxienses

*A cidade onde eu moro
É como o mundo
Tem criminosos e santos
Há os que exploram
E há os explorados
Quando o mundo mudar
A cidade onde eu moro
Mudará também...*

¹⁹ Entrevista feita com Newton de Almeida Menezes em 2000.

A posição de Solano, por sua vez, não era imobilista, ao contrário, era de contestação: “*Eu ia fazer um poema para você amada... ia falar do seu corpo, de suas mãos amada... Quando soube que a polícia espancou um companheiro e o poema não saiu*”. Acreditava na transformação e a ela se dedicava com o que melhor sabia fazer: arte, poesia e militância no movimento negro: “*Além do pão com farinha, muita... muita liberdade*”.

A imagem de Solano Trindade e os seus poemas tornaram-se quase que uma construção dele como um mito. Entre diferentes setores da cidade, sejam eles conservadores ou de esquerda, Solano é visto como o maior poeta negro do seu tempo e o mais dedicado à preservação da cultura popular. Via a arte como instrumento valioso de afirmação de identidade e de combate às estruturas injustas. Entretanto, não se poderia dizer que o Partido Comunista em Caxias tenha investido em organizar os setores populares a partir de sua composição étnica. Além da União Cultural dos Homens de Cor, não identificamos até o momento nenhuma outra organização constituída na cidade.

Vale ressaltar o papel do PC no sentido de ampliar o horizonte de luta, de formar militantes, de sistematizar a prática cotidiana e de favorecer a superação das fronteiras locais e do corporativismo. Entretanto, o apoio das esquerdas e principalmente do PCB, em 1962, à candidatura de Tenório Cavalcanti, personagem vinculado às forças conservadoras, com uma trajetória intimamente ligada à violência e às práticas políticas rejeitadas pelo partido, nos parece uma ambigüidade.

Apesar da contradição, o crescimento dos movimentos sociais em diversas direções, desde aqueles voltados para uma demanda de integração até os voltados para a transformação mais substantiva da ordem social, atacando os fundamentos das desigualdades e da subalternização, foram visíveis em Caxias, principalmente nos primeiros anos da década de 60 que antecederam o golpe militar.

FONTES

1. Revista *O Cruzeiro*

LEMONS, Ubiratan de. *Joãozinho da Goméia no Tribunal de Umbanda*. 17/03/1956.

VARGAS, Francisco. *Joãozinho da Goméia. Candomblé Perde o Rei*. 31/03/1971

2. *Bibliografia*

LEMONS, Santos. *Sangue no 311*. RJ: Reper Editora, 1967.

_____. *O Negro Sabará*. RJ: Destaque, 1977.

_____. *Os Donos da Cidade*. RJ: Caxias Recortes, 1980.



FLUXOS E INTERÇÕES DA REDE DE MEMÓRIA E HISTÓRIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Ana Lucia Silva Enne¹

A proposta do artigo que aqui se inicia é apresentar, de forma condensada, as principais reflexões desenvolvidas em minha tese de doutorado em Antropologia Social, “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: *memória, representação social e identidades*, defendida em outubro de 2002 no Museu Nacional.² Nela, me propus a discutir o que convencionei chamar de *rede de memória e história* atuante na região, e sua relação com a postulação de múltiplas identidades.

Quando iniciei minhas pesquisas acerca da questão, pensei, a princípio, em trabalhar com dois grupos oposicionistas, totalmente separados, que se antagonizavam em suas visões acerca da memória e da história da região. O primeiro grupo englobaria agentes ligados a espaços mais tradicionalistas, como os institutos históricos, enquanto o segundo grupo, de forma genérica, seria composto por agentes ligados principalmente às universidades.³

No decorrer do período em que realizei minha pesquisa de campo na Baixada Fluminense, no entanto, deparei-me com uma intrincada *rede de relações entre agentes e agências sociais*, onde as combinações de alianças e rompimentos se

¹ Jornalista formada pela PUC, Mestre e Doutora em Antropologia Social, pelo PPGAS/MN/UFRJ.

² A tese “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: *memória, representação social e identidades* foi orientada pelo professor Doutor Antonio Carlos de Souza Lima e defendida no dia 18/10/2002 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

³ Como expliquei mais detalhadamente na introdução da tese, parti de uma visão unilateral sobre a questão da memória e da história na Baixada (resultante de minha experiência como repórter do caderno “Baixada” do jornal *O Globo*, no início dos anos 90) para uma visão dualista, em que concebi a configuração dos agentes em termos estanques e antagonicos.

reconfiguravam a toda hora. O conceito de *rede social*, que utilizei largamente na tese, está sendo tomado a partir de construções já conhecidas das Ciências Sociais.⁴ Por agora, me parece relevante apontar que a idéia de *rede* permite que se conceba o objeto em termos mais fluidos, em que mais importante do que vê-lo como composto por *grupos* com limites e estruturas definidos seria percebê-lo como composto por diversos *agentes e agências sociais* em constantes *interações*. Nestes processos interativos, as *fronteiras* que abrigariam estes agentes e agências estariam constantemente se remontando, de acordo com as situações e contextos que se apresentam quotidianamente. Destas *interações*, os diferentes *nós* percebidos na construção das *redes* estariam se ligando a outros ou de outros mais se desligando, de acordo com as relações estabelecidas. Portanto, passei a trabalhar com o conceito de *rede* por julgá-lo mais adequado do que o de *grupos fechados*, e concebendo que as articulações na composição da *rede* são resultados claros de processos de *interação* e de *fluxos* entre os agentes e agências.

Assim, minhas reflexões sobre meu objeto principal - pensar a questão da produção da *memória* e da *história* na “*Baixada Fluminense*”⁵ e sua relação com a construção de *identidades sociais* - foi se complexificando aos poucos e me permitindo sair do que hoje considero um reducionismo (uma visão marcadamente unilateral e mesmo uma posterior dualista, mas ainda concebendo a composição dos agentes como sedimentadas em *grupos* demarcados e estanques) para uma visão mais fluida, em que as relações entre os agentes e agências só podem ser percebidos em seus *fluxos e interações*, ou seja, em *redes*.

Assim, pensando, por exemplo, no caso dos agentes mais ligados a uma história “tradicional”, o que inicialmente parecia *grupo* na verdade deveria ser pensado como uma outra *rede* possível, uma *rede* mais restrita dentro de uma *rede* maior, uma *sub-rede*, em que indivíduos com interesses e métodos semelhantes se alinhavam, se auto-referenciavam e se amparavam, embora sem se constituírem em um *grupo* de maneira definida. Já no caso dos francamente opositoristas, os que constróem seu discurso em confronto direto com os membros desta *sub-rede* percebida como mais “tradicional”, a organização das atividades dentro de instituições aglutinadoras, como as universidades, cria uma outra *sub-rede*.

Na verdade, as duas *sub-redes* são também *redes*, ou *conjuntos*, com seus *nós* principais, seus *elos* mais periféricos e suas possibilidades constantes de mudança, agregações e quebras. No entanto, optei pela classificação de *sub-redes* para diferenciá-las do que considero a *rede* de “*memória*” e “*história*” na “*Baixada Fluminense*”, a que as demais estão integradas, por compreender que todos os atores

⁴ Optei por grafar com itálico os conceitos utilizados nesta exposição. As referências aos autores não será feita nas notas de rodapé, por problemas de espaço. Portanto, os autores dos quais retirei diversos dos conceitos aqui apresentados encontram-se listados na bibliografia que encerra esse artigo.

⁵ Optei por pensar a questão da *rede* de *memória* e de *história* na “*Baixada Fluminense*” por querer perceber como se articulam os agentes que estão interagindo dentro da região. No entanto, não há dúvidas de que esses agentes também estão articulados a uma *rede* maior de “*memória*” e “*história*” da “*Baixada Fluminense*”, que inclui atores não necessariamente presentes ou agindo diretamente na BF mas sobre ela refletindo ou produzindo trabalhos memorialísticos e historiográficos.

sociais envolvidos na questão da *memória* e da *história* na BF estão ligados a esta rede maior, de alguma forma. Assim, não considero que as duas “redes principais” possam ser entendidas fora da “grande rede”, o que me fez optar pela categoria de *sub-redes* (ou “*redes dentro da rede*”) para melhor defini-las. Como *sub-redes*, elas não se constituem em unidades autônomas, que existem por elas mesmas, mas somente em relação uma a outra é possível pensar em suas existências, bem como em relação com outras esferas sociais (como a imprensa, o poder público e o *senso comum*, entre outros). Elas não existem a não ser se pensadas em processos interativos, permanentemente.

Resumindo o que apontei acima, portanto, de uma visão unitária e posteriormente dualista mas ainda simplificadora, por acreditar estar lidando com dois *grupos* demarcados, com características e limites definidos, passei a pensar a questão da produção da *memória* e da *história* na BF com a perspectiva da rede, de um “complexo de significados”, que requer bem mais do que descrição etnográfica, mas compreensão dos *fluxos de interação* que possibilitam uma constante reconfiguração dessa *rede*, impedindo a sua simplificação confortável.

Mais ainda: depois de um determinado período de observação e orientação desta pesquisa, tornou-se claro que a própria divisão dicotômica dos agentes e agências em duas *sub-redes* não daria conta da diversidade do objeto proposto. Dessa forma, passou-se a pensar que alguns *agentes* e *agências* estavam interagindo diretamente com determinados *nós* das duas *sub-redes* principais, embora esses não estivessem ainda inteiramente “dentro” delas, por vezes alterando suas dinâmicas, em outros indicando alterações possíveis, mas sempre fazendo o trabalho constante da tecitura deste espaço social que tomei como objeto, levando a realocções e interações nem sempre diretamente perceptíveis. Assim, passei a considerar a possibilidade - que depois se fez real - de se trabalhar, nesta tese, com a idéia de que a produção da *memória* e da *história* na “*Baixada Fluminense*”, com todas as suas implicações em termos de configuração de *identidades sociais*, deve ser pensada como uma *grande rede de relações entre agentes e agências sociais*, que estão gravitando dentro ou em torno de duas grandes *sub-redes*, a chamada *sub-rede 1*, dos “*memorialistas*” e a *sub-rede 2*, dos “*acadêmicos*”. Estas poderiam ser chamadas de *egos*. Mas que a estas se ligam e/ou desligam outros *nós*, configurando outros seis tipos de interações possíveis, que chamei didaticamente de *elos intermediários*, *elos prováveis*, *elos possíveis*, *elos perdidos*, *elos “memorialistas”* e *elos “acadêmicos”*.⁶

⁶ Antes de prosseguir com as explicações, gostaria de deixar claro que as categorias aqui propostas *rede*, *sub-redes* e *elos* foram escolhidas como referências teóricas e metodológicas para dar conta do objeto de pesquisa, ou seja, são perspectivas minhas para descrever e analisar os processos sociais que estou mapeando. Isso, no entanto, não significa que estas categorias sejam uma “representação fiel da realidade”, ou mesmo que os agentes com os quais interagi no decorrer da pesquisa percebam suas relações dessa forma. Gostaria de ressaltar também que todos os dados aqui apresentados referem-se ao período em que desenvolvi a pesquisa de campo (de meados de 1999 ao início de 2002), portanto, é possível e provável que alguns cargos e contextos tenham se alterado desde então. Além disso, gostaria de frisar que os dados de identificação aqui apresentados foram fornecidos pelos próprios agentes. Por fim, quero deixar claro que posso ter cometido alguns equívocos quanto a datas, nomes e dados, comprometendo-me a corrigi-los em uma futura revisão.

Assim, a *sub-rede 1* compreenderia os chamados “memorialistas”, categoria utilizada por vezes como referência positiva e outras como peça de acusação. Alguns pontos em comum permitem o alinhamento dos agentes dentro desta *sub-rede*. Assim, seus agentes estão ligados a instituições “tradicionais”, como os institutos históricos, muitas vezes mantidos com apoio do poder público. Exatamente por essa relação, esses atores têm uma forte penetração nas esferas governamentais, o que vai gerar uma série de ações e reações. Tais agentes mantêm uma prática recorrente de auto-referência, constantemente lembrando os nomes de seus pares como fontes de consulta e “seriedade” historiográfica, embora muitos não sejam “historiadores por formação universitária”. Ao mesmo tempo, praticamente não se referem aos agentes que compõem a *sub-rede 2*, dos “acadêmicos”, embora saibam de sua existência e, ainda mais, com eles interajam recorrentemente. Em seus trabalhos, há uma evocação dos “memorialistas” fundadores, que passam a ser não só os precursores de uma linhagem mas objeto de adoração e prestação de tributos, ocasionando disputas internas dentro desta *sub-rede*.

Podemos citar ainda um fascínio por um passado de “opulência”, voltado principalmente para o século XIX e alguns fatos, datas e personagens que articulam-se a uma historiografia, classificada pelos “acadêmicos”, como sendo de cunho mais “positivista”, de exaltação e quase nenhuma crítica. As abordagens em termos de objetos históricos, quando chegam ao século XX, praticamente se interrompem na década de 50, quando a “*Baixada Fluminense*” passa a receber um fluxo migratório intenso, passando a enfrentar uma série de problemas urbanos, como a violência, a luta pela terra, a falta de saneamento, entre outras. Esse período, da década de 50 a hoje, visto como negativo, é praticamente ignorado nos registros históricos feito por esses agentes da *sub-rede 1*. Assim, o presente é “esquecido” para ser ancorado nas lembranças do passado, o que se reflete em uma luta constante por preservar os marcos históricos que permitem uma articulação com essa visão, em especial casas de fazenda e igrejas. Destaca-se ainda a forte penetração destes agentes na imprensa e na mídia de uma forma geral, transformando-os nos “guardiões da história da Baixada” perante o *sensu comum*, o que os consolida como referências fundamentais em matérias jornalísticas, documentários, pesquisas escolares, congressos, palestras, exposições etc. Finalmente, podemos dizer que o fator que mais claramente permite o mapeamento dos agentes que compõem a *sub-rede 1* é a concepção da história como “narrativa”, de preferência obedecendo a uma cronologia ancorada na História nacional.

A *sub-rede 2*, dos “acadêmicos”, tem como traços alinhadores alguns bem diferentes dos apresentados pela *sub-rede 1*. Em primeiro lugar, é formada praticamente por agentes com graduação em cursos de História e possuindo uma produção “acadêmica” (em especial, artigos e monografias), que estão de alguma forma inseridos nos meios universitários locais (através de dois cursos de História ministrados em duas faculdades da região, a FEUDUC, de Duque de Caxias, e a UNIG, de Nova Iguaçu) e/ou em programas de pós-graduação (*lato ou stricto sensu*) de universidades fora da *Baixada*, especialmente as federais. Além disso, seus membros são explicitamente antagonísticos a uma história “positivista”, respeitando o trabalho dos “memorialistas” mas se colocando como portadores de um outro tipo de fazer histórico, mais comprometido com a “Ciência”.

Na escolha de seus objetos de trabalhos, temas contemporâneos não são ignorados, bem como reflexões sobre o fenômeno da violência, pois embora esta última também não seja tema corrente nos trabalhos escritos, aparece claramente na fala de seus autores durante as entrevistas, por exemplo. Há uma preocupação em buscar o olhar dos “excluídos” por uma historiografia oficial, como os escravos, os negros, as mulheres, os migrantes, entre outros. Quase todos os seus agentes são oriundos de movimentos sociais, tendo grande experiência na militância política, o que se reflete claramente em seu trabalho. Da mesma forma, todos são professores da rede pública na “*Baixada Fluminense*”, gerando uma ponte permanente entre o fazer historiográfico e a preocupação com a didática em sala de aula. Nas suas falas e trabalhos escritos, a questão da “*identidade*” aparece de forma nítida, como preocupação recorrente, principalmente quando pensada em associação às categorias de “*estigma*” e “*auto-estima*.”

Além disso, buscam, como estratégia para inclusão nas esferas de maior interesse as universitárias participar como *grupo* reconhecido em congressos e eventos de nível nacional. Utilizam como fontes históricas não só documentos escritos como também depoimentos colhidos através da metodologia da história oral. Acreditam na importância da democratização dos acervos históricos, o que os coloca como críticos das “instituições tradicionais”. E, finalmente, enxergam a história como “*construção*” e “*problematização*”, defendendo uma abordagem crítica em vez de uma “*narrativa linear*” dos acontecimentos e fatos.

No caso dos *elos intermediários*, estão os agentes que, embora por posições e pensamentos se alinhem mais com uma ou outra das *sub-redes* principais, são vistos por grande parte dos agentes de ambas como ou presenças neutras ou presenças que exercem o papel de *intermediação*, o que, em muitas ocasiões, gera mudanças no posicionamento dos *elos da rede*.

Os *elos prováveis* são aqueles que, pela penetração já obtida por seus agentes dentro das *sub-redes* principais e pelo grau de interação com os agentes que a compõem, em breve espaço de tempo já deverão estar, com grande probabilidade, inseridos dentro delas, não mais orbitando em sua periferia.

Já os *elos possíveis* compreendem aqueles que, embora já interajam com os nós principais, ainda não possuem um grau de penetração dentro das redes de maneira a configurar uma probabilidade de interação contínua, apontando mais para uma possibilidade disto acontecer, embora sem margem de confiabilidade.

Chamei de *elos perdidos* aqueles agentes que não conseguem uma inserção dentro das redes principais, ou delas se desligaram, por vontade própria ou por imposição externa (no caso, processos de exclusão e negação de seu trabalho), e ainda os que romperam seus laços dentro das próprias redes, levando a uma reconfiguração da rede maior.

Por fim, estou trabalhando com a noção de *agentes fantasmagóricos* (no sentido de estarem ausentes em termos espaciais na constituição da rede, mas sobre ela exercendo uma constante influência), retirada de Anthony Giddens, para mapear os dois últimos segmentos: os trabalhos *dos primeiros memorialistas* e as *dissertações e teses produzidas na Academia*. Os primeiros vão ser objeto de reverência e de disputa por um legado por parte dos agentes da *sub-rede 1*, constituindo o que chamei

de elos “*memorialistas*”. Isso se dá não sem conflitos e menos ainda podemos dizer que esses autores são desprezados totalmente pelos membros da *sub-rede 2*, que manterão com estas fontes uma relação de ambigüidade, a meu ver. Já as segundas, praticamente ignoradas pelos agentes da *sub-rede 1*, serão objeto preferencial dos que compõe a *sub-rede* dos “acadêmicos”, funcionando claramente não só como fontes de consulta mas como passaportes para a inserção no debate universitário, além de serem um aval para a diferenciação entre um “fazer história como ciência e ofício” e um outro percebido como marcadamente “memorialista” e “diletante”. São aqueles que chamei de elos “*acadêmicos*”.

Esta seria a configuração do que chamei de *rede de memória e história na Baixada Fluminense*, que encontra-se em profunda relação com a configuração de *identidades sociais* no âmbito da Baixada Fluminense. Este será o ponto desenvolvido na segunda parte desse artigo.

Identidades contrastivas e convergentes em uma rede social

A Baixada Fluminense cuja conceituação requer uma reflexão detalhada para dar conta das suas múltiplas possibilidades, como tentei demonstrar na tese - tem sido objeto, nas últimas décadas, de algumas análises acadêmicas e de muitas matérias jornalísticas. Enquanto as primeiras têm buscado radiografar e compreender as filigranas desta noção de Baixada (vertente na qual minha tese procurou se inserir), as segundas tendem a reforçar algumas imagens estereotipadas da região, em geral apontando para uma visão estigmatizada que associa a Baixada a sinônimos negativos, ou, em casos mais recentes, buscando revelar o “potencial” positivo escondido sob tantos problemas.

A mídia impressa do Rio de Janeiro durante muito tempo reforçou e mesmo ensejou um *senso comum* sobre a Baixada Fluminense, onde ela aparece relacionada com abandono por parte do poder público, violência urbana e péssimas condições de vida (falta de saneamento básico, baixa escolaridade, transportes deficitários, ausência de opções de lazer, ineficiência no campo da saúde etc.). Este enfoque dado pela grande imprensa acabou se refletindo na formação de uma opinião generalizada sobre a região, onde esta aparece associada a *estigmas* que marcam de maneira decisiva a vida de seus moradores, especialmente aqueles que trabalham ou mantêm contatos regulares com a cidade do Rio de Janeiro. De alguns anos para cá, algumas reportagens buscam quebrar este *senso comum*, “revelando” pontos positivos sobre a Baixada. No entanto, mesmo quando procuram indicar tais aspectos positivos na vida da *Baixada*, os grandes jornais muitas vezes acabam por reforçar os preconceitos rotineiros, pois a qualidade apontada é tratada como “novidade” ou “exceção”. Neste sentido, temos uma Baixada “ideal”, onde “o som da Baixada não é apenas o estampido de revólveres e escopetas”.⁷

Ao mesmo tempo, através de minha experiência como repórter de *O Globo Baixada* e durante a realização da pesquisa de campo para a produção de minha dissertação de mestrado, pude perceber que, em sua maioria, os moradores da região

⁷ Matéria do Jornal do Brasil de 27/05/89, citada por SOUZA, Sonali Maria de. *Da Laranja ao Lote. Transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1992. Na matéria, o autor procura enaltecer a *Baixada* enquanto “produtora de sambas”.

não se identificam com nenhuma destas *imagens*, nem a estigmatizada nem a idealizada. Mais ainda: pude detectar um amplo movimento de busca de *identidades* positivas para a Baixada Fluminense, envolvendo uma disputa pelo *passado* como objeto memorialístico e/ou historiográfico, cuja base não se encontra na ação governamental (embora, muitas vezes, esta seja acionada em um algum momento), mas na iniciativa de *agentes sociais*, por vezes estabelecidos em *agências sociais* como os institutos históricos, centros de memória e setores universitários locais. De fato, podemos perceber duas tendências claras nesta busca por *identidades* positivas: de um lado, um constante acionar da *memória*, seja individual ou coletiva, na tentativa de emprestar ao presente empobrecido e discriminado o mesmo *glamour* e signos de status pertencentes ao *passado*; de outro, a tentativa de construir uma nova *história*, em que o *passado* passe a ser pensado criticamente, a partir de uma revisão das versões tradicionais, no sentido de fazer pensar o presente e transformá-lo. Neste sentido, não podemos perder de vista o lugar da *memória e da história* na construção deste presente, ambas múltiplas e fragmentadas, fundamentais para indicar a filiação dos agentes a *redes* sociais que irão operar com as duas categorias, bem como para gerar uma representação de *identidade* para a própria *região*.

Tais posições, na verdade, configuram *projetos* - tanto individuais quanto coletivos - que se encontram espalhados por toda a região (não especificamente numa ou outra cidade). Tais projetos são partilhados em termos de identidade locais pelos membros da sub-redes mapeadas. Neste sentido, as identidades locais vão ser construídas em termos de aproximação (partindo do princípio aristotélico de que identidade é um partilhar do que é comum, idêntico) mas também em termos contrastivos, porque a identidade de uma sub-rede está sendo construída pelo partilhamento de interesses comuns entre seus membros, mas também em oposição à sub-rede antagonica. Assim, a identidade, que na tradição aristotélica se faria por exclusão da diferença, pode ser compreendida como um espaço de conflitos e não só de semelhanças. Portanto, foi possível mapear, para a pensar a configuração das identidades dessas duas sub-redes, os pontos de convergência entre seus agentes e os contrastes entre uma sub-rede e outra como elementos fundamentais nesse processo.

Dessa forma, foi possível perceber o quanto a disputa pelo passado, como *recurso escasso* proposto por Arjun Appadurai, vai desempenhar um papel fundamental na configuração das identidades locais. Guardar o passado é passaporte para o saber e aval para a produção de discursos acerca da região que conferem autoridade para aquele que os profere. Portanto, como apontaram Foucault e Bourdieu, estamos falando de uma produção discursiva que gera autoridade sobre o saber e, conseqüentemente, sobre o poder. O controle sobre o passado é, sem dúvida, uma maneira de construir uma autoridade acerca do que se fala e de gerar um poder sobre a construção das representações públicas acerca da Baixada Fluminense. E, como pude perceber e procurei apresentar, tais posturas são estratégicas e configuram disputas pela implementação de projetos coletivos, que estão sendo elaborados por ambas as sub-redes, tanto a dos “memorialistas” quanto a dos “acadêmicos”. Não só o passado é um recurso escasso, mas também os recursos materiais e as possibilidades de inserção política, associados ao seu domínio, são também escassos e objetos permanentes de disputa. Assim, aparentemente tais sub-redes vão construir suas

identidades locais a partir do partilhamento de visões entre seus membros e atitudes contrastivas para com os membros da sub-rede antagonica. Um olhar mais simplificador tende a perceber um espaço permanente de diferença e divergência entre as duas sub-redes.

Neste sentido, é importante percebermos a idéia de *ator posicionado* como fundamental neste processo. Os diversos agentes anunciam seus discursos a partir de posições definidas, o que claramente direciona suas falas. É a partir desse gancho, no entanto, que podemos começar a pensar a construção de *identidades sociais* para esses agentes inseridos na *rede de memória e história na Baixada* de forma mais complexa do que a apresentada até aqui. Sem dúvida, não parece haver enganos quando percebemos o quanto a composição das *sub-redes* analisadas refere-se à constituição de *identidades individuais e identidades coletivas*. Assim, os agentes que compõem cada uma das *sub-redes*, ou aqueles que com elas interagem como *elos intermediários, prováveis ou possíveis*, estão construindo suas identidades em termos de afinidade e partilha de interesses com os demais membros. Sob este ângulo, a *identidade* aparece em seu sentido etimológico, ou seja, como a busca do mesmo, do que é idêntico.

Mais ainda, parece-me claro que as *identidades* das duas *sub-redes*, dos “memorialistas” e dos “acadêmicos”, ultrapassam o sentido de similaridade para se ancorarem em uma lógica *contrastiva*. Ou seja, a configuração das *identidades das sub-redes* aponta para um campo de embates entre forças que se constroem por oposição, no qual o que está em jogo é a disputa pela construção da *verdade* e do *saber*, e, por conseqüência, ao que isso confere de *poder* e *autoridade* aos agentes nela envolvidos. Portanto, a partir da análise das práticas discursivas desses agentes, é possível perceber as estratégias de *construção das identidades* tanto no que elas geram em termos de *identificação* (para dentro das próprias *sub-redes*⁸) quanto de *negação* (de uma *sub-rede* para a outra, em termos de *oposição e conflito*).

As relações entre as duas *sub-redes* principais da *rede de memória e história na “Baixada Fluminense”* são marcadas por muitas divergências, como descrevi no decorrer da tese, e tais são constitutivas de suas identidades. As convergências existentes são poucas, em relação aos pontos de diferenciação. No entanto, tais convergências são, a meu ver, bastante significativas e apontam para um outro desdobramento da construção das *identidades sociais* para os agentes estudados. Assim, afirmo aqui a constatação a que cheguei: as *sub-redes 1 e 2* são muito diferentes, mas convergem em pontos muito importantes, capazes, inclusive, de alterar o quadro aqui descrito.

Em primeiro lugar, voltemos à idéia de *posicionamento*, que vinha caracterizando como fundamental para explicar as práticas discursivas dos agentes citados. Se todo discurso é resultado de uma *posição* ocupada pelos agentes no campo de disputas, então tais posições não são estáticas. Ao contrário, elas são *situacionais*, dependem do contexto em que os atores se apresentam. Utilizando a idéia proposta

⁸ E mesmo dentro da configuração interna das próprias *sub-redes*, o elemento *conflito* está claramente presente, ainda que as afinidades se apresentem como mais eloquentes.

por Barth, as posições ocupadas por estes agentes estão marcadas por interações sociais, cujos limites são fluidos. Assim, se são os discursos que configuram as identidades, como venho assinalando, e se os atores vão formular suas práticas discursivas a partir de posições, e, finalmente, se tais posições vão ser situacionais, dependendo dos contextos e interações nas quais tais atores estão inseridos, então por conseguinte as *identidades* também não são estáticas, substantivas, sendo modificadas de acordo com as situações de *interação social*. Portanto, utilizando a referência primordial de Barth, quando este formula sua teoria acerca dos limites de um grupo étnico, podemos tomá-la emprestada para pensarmos a construção de identidades em uma sociedade complexa como a Baixada Fluminense e admitirmos que as *identidades* não estão ligadas a características indicadas a priori ou fixas, mas devem ser pensadas a partir de fronteiras móveis, em que as posições dos atores podem mudar de acordo com demandas e interações que se apresentem, não apenas fundadas na memória das interações, mas também em projetos.

Portanto, para além da dicotomia indivíduo *versus* sociedade, a questão da *identidade* precisa ser pensada como um processo constante de construção e desconstrução, em que os atores irão mudar seus posicionamentos e, portanto, suas práticas discursivas, dependendo das situações interativas. Assim, há um constante fluxo de informações entre os agentes inseridos na rede que estou mapeando, e tais fluxos - tomados em sentido semelhante por Barth quando ele se refere às *correntes culturais* - vão modificando, no decorrer do processo, as construções referentes à *identidade*. Se, dessa forma, este conceito está associado a uma noção de pertencimento e de exclusão, tais referências podem ser alteradas no decorrer dos fluxos.

Neste sentido, uma contribuição relevante para o que aqui se pretende apresentar uma reconfiguração das identidades no caso das *sub-redes* que compõem a rede de memória e história na “Baixada Fluminense” - pode ser o trabalho de Stuart Hall acerca dos mecanismos de construção de *identidades sociais e culturais* na Jamaica. Hall partilha da idéia de que a identidade não pode ser tomada de forma cristalizada, mas sim como um processo. E propõe duas maneiras de se pensar a “identidade cultural”, que aqui tomo como referência para a identidade social. Para o autor, é impossível pensar a construção das identidades como resultante somente de partilhamentos de pontos comuns, ou do estabelecimento de contrastes e oposições. A produção da *identidade*, enquanto processo, deve conter os dois eixos ou vetores, como ele mesmo chama.

Acredito que as propostas de Stuart Hall para pensar a situação dos grupos étnicos no Caribe podem ser utilizadas, com as devidas adaptações, para o contexto que estou mapeando na “Baixada Fluminense”. Como venho demonstrando nesse capítulo, o vetor da ruptura entre as duas *sub-redes* é claro. Os agentes nelas inseridos vão construir suas identidades enquanto *sub-redes* a partir das experiências individuais, de forma *contrastiva*. No entanto, não é possível deixar de perceber, quando complexificamos um pouco mais a rede de memória e história na Baixada, o vetor de aproximação dessas duas *sub-redes*, que, em alguns pontos convergentes, vão partilhar também de uma *identidade social*. A meu ver, como pretendi demonstrar, tal *identidade partilhada*, capaz de alinhar posições tão antagônicas

como as demonstradas pelos membros das duas *sub-redes*, passa pela construção de uma *identidade* que atravessa e ultrapassa as identidades de “memorialistas” e “acadêmicos”, que é a *identidade de morador da Baixada Fluminense*, marcada, de forma clara, pelas marcas do *estigma* social. Ou seja, uma *identidade regional*, que interage com as *identidades locais* das duas sub-redes.

Para que tal reflexão faça sentido, é preciso entender que, embora seja uma categoria *polifônica*, a “*Baixada Fluminense*” recebeu, por parte da imprensa carioca, um tratamento *estigmatizante* ao longo de várias décadas. O “estigma” processa, então, uma queda da “auto-estima”, de forma generalizante, para os moradores da “*Baixada Fluminense*”. O principal ponto de convergência entre os membros das duas sub-redes estaria associado a esta questão: por serem moradores de uma *região estigmatizada*, passam a partilhar de uma *identidade regional*, na qual busca-se reagir a este estigma. Neste sentido, posições aparentemente antagônicas acabam por confluir, como, por exemplo, no que se refere ao uso de fatos enaltecendo o passado da região.

Como indica Gilberto Velho, a “memória é fragmentada”. Ela será usada, portanto, de acordo com as demandas do presente e com as *posições* tomadas pelos agentes de acordo com os contextos de interação. Assim, podemos perceber que certas abordagens, motivos de críticas frequentemente relacionadas aos “memorialistas”, aparecem também como estratégia utilizada pelos “acadêmicos” na intenção de se construir uma imagem mais “positiva” da região, em especial o apelo aos grandes vultos, a registros que estejam ancorados em passagens glorificadas na história nacional e à idéia de um período de opulência relacionado, principalmente, ao século XIX. O passado, portanto, fornece os elementos para a valorização do morador da *Baixada* no presente, principalmente se pensado como estratégia para a valorização da auto-estima dos alunos das escolas nas quais esses agentes trabalham. Da mesma forma, os monumentos históricos principalmente arquitetônicos que remetem a esses períodos e marcos que permitem uma certa “ação afirmativa” são alvo de campanhas de preservação por parte tanto dos “memorialistas” quanto dos “acadêmicos”, embora os primeiros estejam mais claramente engajados nessa tarefa. De qualquer forma, tais monumentos são constantemente acionados, em termos de apropriação de imagens, quando se quer “mostrar” a Baixada Fluminense.

Quando nos detemos no caráter convergente das posições dadas pelas duas *sub-redes*, voltamos aqui a um eixo de análise já proposto anteriormente: a idéia de que o *passado*, o objeto da disputa e conferência de *autoridade e poder*, seria um *recurso escasso*, que deve atender a demandas do presente. Ou seja, mesmo que postulando posições contrastantes, existem limites dados pelas preocupações do presente, principalmente as que envolvem a construção de *imagens e identidades positivas* para a Baixada Fluminense, que acabam enviesando as produções memorialísticas e historiográficas para alguns marcos. O *passado*, portanto, não é um recurso infinito de possibilidades: ele é um campo limitado de escolhas, dadas pela própria estrutura factual. Mesmo que os agentes busquem inventar *tradições* ou *comunidades imaginadas*, nos sentidos propostos respectivamente por E. Hobsbawm e B. Anderson, criando uma vinculação entre um tempo presente problemático e um passado não estigmatizado, visando com isso a criação de *imagens positivas*, de uma

honra nacional, se pensarmos a partir das propostas de Max Weber, tais ações não estão inseridas em um manancial inesgotável de recursos. O passado e seus pontos de ancoragem são limitados e não são todos os seus vestígios que se prestam a oferecer uma visão positiva acerca de um tempo ou de um espaço determinado. Assim, se academicamente há um esforço visível, por parte dos membros da *sub-rede 2*, de eleger objetos de pesquisa que rompam com essa visão enaltecida do passado, como a questão da violência, da luta pela terra, da opressão social e do uso político para o fortalecimento econômico das elites, quando o discurso de tais agentes visa a construção de *imagens* que reforcem a “auto-estima” e ajudem a criar uma “identidade positiva” para os moradores da Baixada, a ênfase acaba por recair sobre marcos e referências do passado que são objetos reconhecidos dos membros da *sub-rede 1*.

Neste sentido, “memorialistas” e “acadêmicos” convergem na busca de um passado que empreste a um presente estigmatizado traços e valores positivos, em uma espécie de *pesquisa passional* (ou *apaixonada*), como cita Stuart Hall.⁹ O presente, então, passa a ser valorizado pelo passado, ou melhor, por uma apropriação de traços do passado que interessem para construir a imagem da região no presente. Neste sentido, os pontos de convergência entre “memorialistas” e “acadêmicos” ultrapassam os já citados para encontrar alguns outros eixos de aproximação. A questão da “violência”, que é objeto inexplorado pelos “memorialistas”, ainda não ocupou de forma explícita os trabalhos de pesquisa dos “acadêmicos”, embora muitos declarem intenção de trabalhar com o tema futuramente. Além disso, analisando a produção textual e visual dos agentes envolvidos *na rede de história e memória da Baixada*, percebe-se, de forma geral, uma ausência de trabalhos relacionados ao universo da “cultura popular”. De fato, mesmo no caso da *sub-rede 2*, que tem se voltado para temáticas mais contemporâneas, há uma ênfase clara em objetos ligados à “política” e à “economia”, ou a uma “história social”, abordando por exemplo os movimentos sociais, como a criação de associações de moradores e o movimento negro. Uma abordagem “culturalista”, até o momento em que realizei a pesquisa de campo, estava restrita a alguns poucos trabalhos.

Neste sentido, há uma aproximação novamente entre as duas sub-redes, no que tange a um certo esquecimento acerca de tais temas como objetos de pesquisa. Voltamos aqui ao *enquadramento da memória* de que fala Pollak, *lembrar ou esquecer* como estratégias na construção de identidades no presente. De certa forma, tanto quanto a temática da “violência”, as questões ligadas à “cultura popular” (como o carnaval, os migrantes, as religiões afro-brasileiras, entre outros) remetem a uma série de imagens e signos que também carregam alguns traços estigmatizantes. Assim, no esforço perceptível de construir-se uma “identidade positiva” para a região, tais temas, por sua possível associação com preconceitos diversos, têm sido preteridos em relação a outros objetos de pesquisa, que apontem ou para uma valorização do passado

⁹ “Passionate research... directed by the secret hope of discovering beyond the misery of today, beyond self-contempt, resignation and abjuration, some very beautiful and splendid era whose existence rehabilitates us both in regard to ourselves and in regard to others.” FANON, Frantz *apud* HALL, Stuart, 1990, p. 223.

(caso das associações com os “ciclos do açúcar, do café e do ouro”, por exemplo) ou uma valorização do presente pela resistência política e social (caso dos “movimentos sociais” e mesmo dos trabalhos que visam “criticar” a historiografia “tradicional”).

Podemos aqui, perceber como a configuração de *projetos* diversos pelos indivíduos, formulados a partir de suas perspectivas individuais mas também em termos de suas inserções sociais, leva a mudanças em termos de construções de *identidades sociais*, levando, inclusive, a convergências de agentes e agências que se apresentam, de forma geral, como antagonônicos. Como afirma Gilberto Velho, “o projeto é o instrumento básico de *negociação da realidade* com outros atores, indivíduos ou coletivos.”¹⁰ As *identidades*, nesse sentido, também são matéria de negociação entre os atores sociais. Como podemos perceber, a busca de uma valorização para a identidade de *morador da Baixada Fluminense, marcada por estigmas*, acaba sendo uma via de convergência fundamental para “memorialistas” e “acadêmicos”.

Voltemos agora para a idéia central deste artigo: a construção de *identidades sociais* para os agentes que procurei mapear dentro da rede de memória e história na Baixada Fluminense deve ser percebida dentro de uma lógica processual, e não de forma estática. As identidades vão ser divergentes e também convergentes, de acordo com as posições ocupadas pelos agentes em situações diversas, e principalmente a partir das interações que vão se estabelecer de acordo com múltiplas fronteiras. Neste sentido, a cidade do Rio de Janeiro é uma fronteira fundamental para a construção de tais identidade, pela relação ambígua de proximidade e distância. Não só estão construindo “identidades positivas” para os moradores da Baixada Fluminense, no sentido de projetá-las internamente (através das mais diversas estratégias, como a atuação em sala de aula, a realização de exposições e palestras, o lançamento de publicações, a presença na mídia local, entre outros), mas há um esforço expressivo por parte dos agentes de levar essas imagens para fora da Baixada, de maneira a divulgá-las em outras áreas (nesse sentido, é importante pensar o papel dos sites hospedados na Internet, por exemplo). Mesmo podendo atingir âmbitos ampliados (no Brasil e mesmo no exterior), no entanto, a meu ver, é a cidade do Rio de Janeiro, como platéia objetivada para a divulgação dessa “imagem positiva”, o universo de interlocução mais visado, principalmente pela necessidade de reversão de estimas e, conseqüentemente, uma diminuição das situações constrangedoras no *contato* entre moradores da Baixada e do Rio de Janeiro. Assim, a produção de uma “identidade positiva” para a Baixada Fluminense tem várias dimensões, pois ela está voltada para o consumo interno mas, também, para uma transformação nas representações externas à Baixada, nas mais diversas amplitudes, mas especialmente no que se refere à cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, como pude perceber, a memória e a história são instrumentos fundamentais, para a partir de apropriações acerca do passado, se construir representações sobre a Baixada Fluminense. Evidentemente, isso não é característico somente da região. Nem mesmo o aumento do número de agentes e agências envolvidos com essa produção memorialística e histórica, nitidamente percebido a

¹⁰ VELHO, 1994, p. 103. Grifos do autor.

partir de meados da década de 90, pode ser entendido somente como característico da Baixada. Escolhi situar meu estudo nessa região por perceber, antes de tudo, a riqueza da rede que busquei mapear, em termos qualitativos e quantitativos.

No entanto, não podemos deixar de perceber que tais transformações, que ocorrem em escala regional quando pensamos no caso da Baixada Fluminense, também vêm ocorrendo, em graus distintos, obviamente, em escala global. O processo de globalização vem sugerindo novas interpretações para a questão do *tempo* e do *espaço*, em que estes estariam marcados pela velocidade das transformações e por uma intensa mobilidade de fronteiras e marcos. Se a *identidade*, por si só, já se constrói nos *fluxos* e nas *interações*, como um *processo*, no mundo globalizado, em que o tempo e o espaço, em suas dimensões tradicionais, teriam sido substituídos por versões atualizadas marcadas pela mutabilidade, como se constróem identidades com algum grau de permanência? As novas relações entre o *local* e o *global* parecem apontar para uma compressão das visões acerca dos paradigmas vigentes, criando outras concepções e oferecendo outras possibilidades de construção do futuro. Como pensar a *memória* local a partir de uma sociedade globalizada?

O passado, como um recurso disputado pelos agentes diversos encontrados na pesquisa de campo, funciona como o suporte para apropriações do presente. É em cima de demandas deste último que se oferecem versões desse passado. Mas acredito que, na verdade, o que deve ser pensado é a construção de *futuros possíveis*. Pois, claramente, todo o esforço empreendido no sentido de “resgatar”, contestar ou reinventar o passado, a partir das necessidades do presente, visam sempre postular possibilidades de futuro. Quando se perguntam acerca do que teria sido a Baixada Fluminense no passado para dar conta de uma perda de imagens positivas para a Baixada do presente, os agentes envolvidos com esse processo estão pensando fortemente em que Baixada almejam construir. O passado é objeto de disputas, o presente é arena de identidades fluidas e muitas vezes angustiantes. E o futuro? A memória do passado reinventado não seria, exatamente, em um sentido inverso, uma memória de um futuro desejado? Ao contrário do que se apresenta, não seria o devir o objetivo maior do projeto de produção de identidades na Baixada, e não o passado e nem mesmo o presente?

Assim, o passado poderia ser pensado não só como marco para a construção do presente, mas como fundação de um futuro que se deseja construir. Neste sentido, podemos pensar o esforço em monumentalizar esse passado, seja através da construção de museus, casas de memória, institutos históricos e outras agências, ou pela luta pela preservação de registros arquitetônicos e culturais, como igrejas, torres, sedes de fazendas, ruínas e outros “aromas” e “sabores” que marquem o encontro com a *memória que não se quer perdida*. Tal esforço, inclusive, extrapolaria a atuação dos próprios agentes e agências descritos como pertencentes à rede de história e memória, e mobilizariam as autoridades públicas, também empenhadas em fixar os monumentos/marcos do novo sentido a ser conferido ao local, conjugando modernidade e tradição, recorrendo a vestígios arquitetônicos, naturais e culturais, quando existentes, ou tratando de inventá-los, além de diversos outros agentes sociais.

Podemos então pensar no quanto a memória e a história estão associados às dimensões cronológicas, incluindo aí o futuro. Se pensarmos, como propõe André

Comte-Sponville, que a esperança é um exercício de espera, ou seja, um desejo pelo que ainda não se tem e, principalmente, pelo que não se conhece, podemos entender que a busca da memória e da história é, neste sentido, uma busca esperançosa. Busca-se o que não se conhece (neste sentido, tanto o passado quanto o futuro) esperançosamente, desejando que o que se encontre seja capaz de constituir representações positivas para o que se tem e conhece. Porém, ao mesmo tempo, muitas vezes neste processo, ao se produzir o conhecimento acerca do passado, este não completa a realização do desejo, e a pesquisa, no sentido acima citado, passa a ser uma desesperança, uma “pesquisa desesperada”, ou, se entendemos a esperança como uma paixão humana, uma pesquisa passional, como apropriada por Stuart Hall e citada aqui anteriormente. Memória e história permitem, portanto, construções das mais diversas acerca da realidade. Permitem apropriações sobre o passado, posicionamentos no presente e projeções para o futuro. São matéria fluida e não estática. Podem ser lidas em um jogo de versões, conflitos e interesses, matéria de esperas e desesperas, de esperança e desespero, portanto, de paixão humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Benedict. “Introduction”. *Imagined Communities*. London, Verso, 1983.
- APPADURAI, Arjun. “The past as a scarce resource”. In: *Man* (n.s), 16 (2): 201-219, 1981.
- BARNES, J.A. “Redes sociais e processo político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.
- BARTH, F. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In: LASK, Tomke (org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.
- _____. “Introduction”. In: BARTH, F. (org.) *Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of cultural difference*. London, George Allen & Unwin, 1969.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. SP, Edusp, 1998.
- _____. *Museos, aeropuertos y ventas de garage. Las identidades culturales en un tiempo de desterritorialización*. In: FONSECA, Cláudia (org.). *Fronteiras da Cultura, Horizontes e Territórios da Antropologia na América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do RS, 1994.
- COHEN, A. P. *The symbolic construction of community*. London, Tavistock, 1985.
- COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- DESPRES, Leo. *Ethnicity and resource competition in plural societies*. The Hague, Mouton, 1975.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Classificação e valor na reflexão sobre identidade

- social”. In:
CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.70.*
- _____. “À volta da Identidade (e do seu Jogo Fascinante). In:
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (dir.). *Anuário Antropológico 85.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.
- EIDHEIM, Harald. “When Ethnic Identity is a Social Stigma”. In: BARTH, F. (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of cultural difference.* London, George Allen & Unwin, 1969.
- ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.
- ENNE, Ana Lucia. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.
- EPSTEIN, A. L. "The network and urban social organization", In: MITCHELL, J.C. (org.). *Social Networks in Urban Situations.* Manchester, Manchester University Press, 1969.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro, edições Graal, 1986.
- GALATY, John. “Being “Maasai”; being “people-of-cattle”: ethnic shifters in East Africa”. In: *American Ethnologist*, 9 (1), 1982, pp. 1-20.
- GEERTZ, C. “O senso comum como um sistema cultural”. In: *O Saber Local.* Petrópolis, Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity.* California, Stanford University Press, 1990.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* RJ, Guanabara, 1988.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1987.
- HALL, Stuart. “Cultural Identity and Diaspora”. In: RUTHERFORD, Jonathan. *Identity. Community. Culture. Difference.* London, Lawrence & Wishart, 1990.
- HANDLER, Richard. “On Sociocultural Discontinuity: Nationalism and Cultural Objectification in Quebec”. In: *Current Anthropology.* Vol. 25, nº 1, 1984.
- HANNERZ, Ulf. *Cultural Complexity.* Columbia University Press. New York. 1992.
- HOBSBAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBSBAWN, E. e RANGER, T. (org.). *A Invenção das Tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- MAYER, Adrian. “A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas”. In:
FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas.* SP, Global, 1987.
- MENDES, Cândido (coord.) e SOARES, Luiz Eduardo (ed.). *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização.* Rio de Janeiro, Record, 2001.
- MITCHELL, J.C. *Social Network in Urban Situations.* Manchester University Press, 1969.
- MORAES, Dênis de (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea.* Campo

- Grande, Letra Livre, 1997.
- NAGATA, Judith. "What is a Malay? Situational selection of ethnic identity in a plural society". In: *American Ethnologist*, vol. 1, nº 2, 1974.
- OKAMURA, J. Y. "Situational Ethnicity". In: *Ethnic and Racial Studies*, 4 (4), 1981.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1999.
- _____. "Notas metodológicas sobre o estudo histórico de populações tribais e do fenômeno do contato interétnico". *Comunicação encaminhada à XX Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia*. Rio de Janeiro, 1980.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, ed. Pioneira, 1976.
- PEEL, J. D. Y. "Making History: the past in the Ijesha Present". In: *Man* (n.s) 19: 111-132. 1984.
- POLLACK, Michael. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- _____. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.
- SIMMEL, G. *Conflict*. New York, The Free Press, 1964.
- _____. "The Triad". In: *The Sociology of Georg Simmel*. London, The Free Press, 1950.
- SOUZA, Sonali Maria de. *Da Laranja ao Lote. Transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1992
- VELHO, Gilberto. "Biografia, Trajetória e Mediação". In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2001.
- _____. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. RJ, Zahar, 1994.
- WEBER, Max. *Economia Y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1944.
- WOLF, Eric. "Inventing society". In: *American Ethnologist*, vol. 15, nº 4, 1988.



AQUELES ANOS VERDES DA NOSSA HISTÓRIA

Odemir Capistrano Silva¹

Onde começa e onde termina a história ante as disciplinas afins ou fronteiriças? Essa indagação fustiga meus escrúpulos intelectuais não apenas com respeito aos limites deste texto, mas igualmente com relação às fronteiras entre memorialismo e história num plano mais geral. E não se trata de um mero problema acadêmico ou bizantino, embora a muitos possa parecer assim. Não, não se trata, repito, de uma questão de *lana caprina*, como diria um antigo mestre dos tempos do ensino médio.

De saída, entretanto, chamo de memorialismo o conjunto de obras ou textos que relatam ou narram fatos de maneira mais ou menos isolada, enfatizando datas, locais e personalidades, com menor preocupação em estabelecer vínculos e desvendar conexões entre os acontecimentos e a sociedade. Pois assim como uma andorinha só não faz verão, um indivíduo só não é, de modo algum, responsável pelo que os franceses chamam de *événements*. Quem faz história são os grupos, as camadas, as classes sociais em sua interação, no permanente jogo em disputa dos seus interesses, que por sua vez se modificam de acordo com fatores políticos, econômicos, sociais, e não necessariamente nessa ordem. Logo, a história é uma construção: quem a escreve, vencido ou vencedor, escreve-a ou deveria escrevê-la segundo uma lógica a mais universal possível e que mais universalmente compreenda (no sentido de explicar e no de contemplar) o conjunto de itens tratados. Entretanto, o historiador ele próprio, como parte desse jogo dinâmico, compromete-se nele e com ele, e então corre o risco de comprometer seu distanciamento, exigência do estatuto acadêmico e científico e que no jornalismo se traduz pela tal de objetividade, com frequência impropriamente identificada com uma hipotética imparcialidade.

¹ Jornalista, é mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Publicou contos, artigos e poemas em suplementos literários e jornais (Movimento e Pasquim, entre outros).

Cito o jornalismo porque, no meu entender, assim como para Barthes “o crítico é o escritor em liberdade condicional”, o jornalista é o historiador naquela condição. Desse modo, o jornalista precisa adotar certos procedimentos que dizem respeito a técnicas e métodos de trabalho, e precisa ao mesmo tempo obedecer a imperativos de toda ordem - éticos, jurídicos, motivacionais, mercadológicos, políticos, etc. (BARTHES, 1970, p. 26)

Secretários da história, os jornalistas utilizam e reutilizam o fato (vale dizer, seus elementos constitutivos: personagens, cenário em que se dá o ocorrido, tempo, lugar, razões) como matéria-prima da notícia. O sentido de imagem “recuperada” de que tanto se fala nas transmissões esportivas denota o grau de relevância atribuído à documentação, isto é, à prova da verdade, à evidência daquilo que se afirma, daquilo que circula como produto e como tal é vendido, a notícia (informação que passou por um certo tratamento para chegar ao leitor metida numa embalagem própria para consumo). Mas aqui os acontecimentos são descolados, descontextualizados da teia social onde eles se dão, sendo realocados em “gôndolas” e “balcões” segundo a ótica ou a lógica da empresa que se responsabiliza pelo veículo (entenda-se mercadoria). Ou seja: a publicação redesenha o mapa da “realidade”, transformando-o numa espécie de mosaico ou caleidoscópio, fazendo crer à sociedade que lhe devolve o mundo caótico que ela produz, quando, na verdade, apenas reorganiza, de acordo com seu prisma, seus interesses, o caos que de veras existe ou aparentemente existe.

Entretanto, malgrado minha formação jornalística e meu gosto pelo tema, não é o jornalismo que está em foco neste artigo, mas sim a história recente e seu caráter por assim dizer testemunhal, anedótico, factual, personalista. Não que essa abordagem seja obrigatória no caso da história do presente, história próxima ou história imediata, tanto faz, segundo autores ilustres como Agnès Chauveau, Philippe Tétard e Jean Lacouture, entre outros. Todavia, essas reflexões sempre me vêm à cabeça toda vez que está em causa a promessa de Brasil que tínhamos nos anos 60 e o Brasil que temos hoje, que poderemos ter amanhã. Quando a discussão particulariza Caxias e a Baixada Fluminense, a análise de como transcorreram essas últimas décadas situa cada um de nós muitas vezes no centro da cena. Ora, isso põe em xeque o distanciamento requerido e já mencionado. Mas ao mesmo tempo, será lícito a qualquer um no posto de historiador descartar-se de si, da sua presença, da sua atuação, do seu depoimento? Falseio a história quando me ausento dela na hora de elaborá-la, sobretudo eu, que historiador não sou, que não domino as teorias, os métodos e as técnicas da construção historiográfica?

A noção de conjunto, a obrigatoriedade de estabelecer conexões não são pertinentes ao jornalismo, linha auxiliar das ciências humanas e sociais, recolhendo dados e retalhos de conhecimento que informam a pesquisa nessas áreas. A tarefa de dar sentido a esses rascunhos cabe à ciência, às ciências. É papel de pesquisadores e estudiosos das “ciências humanas” ou “sociais” (qual não é humana? qual não é social?) construir ou elaborar ou formular a lógica (discurso?) que conforme e explique um conjunto de acontecimentos e dados, enfeixando-os numa rede, numa estrutura, num sistema, de acordo com as suas convicções e de acordo com a orientação teórica subjacente à sua construção. E onde me situo nisso tudo eu que não sou da história e jornalista nem sei se ainda sou? Ou melhor: tecnicamente, como

separo o que já virou história do que ainda não é? E mais: o que significa, para um obscuro jornalista, integrante da Associação dos Amigos do Instituto Histórico - Asamih -, escrever sobre a tal de história recente: é amor (à história) ou amizade (colorida) com ela?

Evidentemente, nenhuma dessas dúvidas será respondida aqui. Valem em parte para provocar os historiadores de profissão e em parte como salvo-conduto para apresentar uma precária abordagem do tema o indivíduo e a história. Investido agora da função de historiador em exercício, antes de consultar arquivos arrisco-me no exercício de escarafunchar a traiçoeira memória para, em primeiro lugar, expor algumas idéias avulsas, embora comprometidas com certo padrão de coerência arquitetada ao longo de anos de reflexão. Na verdade, mesmo essa memória, não obstante seus enganos, guarda já um certo grau de organização (organicidade?), por conta de leituras e diálogos que preenchem lapsos, corrigem ou alteram pontos de vista. Quanto aos registros, aos documentos, a despeito de sua relevância inquestionável, também estão sujeitos a manipulações indevidas ou contrafações; não obstante, manobras desse tipo, consideradas isoladamente, nem de longe chegam a desqualificar tais fontes.

Ora, o problema que venho esboçando neste artigo, reduzido à sua expressão mais simples e talvez mais evidente, apresenta-se desse modo: como pode a fonte, a “testemunha ocular da história”, apreciar seu próprio tempo com um mínimo de isenção? É isso legítimo, honesto? Enfim, não há de ocorrer que essa “testemunha ocular da história” se torne, num mar de confusões afetivas e emocionais, testemunha ocular da histeria? É por essas e por outras que hesito em avançar memória adentro, sem amadurecer pontos de vista, sem me prevenir contra os efeitos fantasiosos de vagas lembranças, sem confrontar dados, sem conferir informações, sem recuperar, restaurar, verificar, autenticar e localizar devidamente imagens, personalidades, documentos, programas, projetos, situações, apoiado em sólida plataforma teórica e metodológica.

Pois bem, mesmo assim, exponho-me à aventura. Que é pôr em discussão dois itens obrigatórios (e de certa forma associados) de uma pauta possível da história do presente, a saber: a efervescência cultural dos anos 1960 e 70; e, de modo secundário e muito sumariamente, a diáspora dos ativistas culturais desse período em nossa cidade.

Parto de um texto desprezioso e curto, inédito, que escrevi para compor um suposto projeto de livro sobre o cinquentenário do que na minha época se chamava Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo. Trata-se de uma peça de forte cunho saudosista, sugestivamente intitulada “Aqueles anos verdes”, que evocava um bolero de grande sucesso, criação, como diziam os locutores de rádio, de Nat “King” Cole:

Bolero e samba-canção. Adolescência brasileira cantando bossa nova, suspiros do *rock* ingênuo, chamegos no cinema novo, remelexo, baião. E eu nem tinha pés para o futebol fora da fauna conhecida. Como? O ginásio era dos craques como Carlinhos desequilibrando galalau com dribles por baixo das pernas. As minhas só tremiam, tímidas, o enfrentamento de qualquer salão. No princípio

da década de 60, um certo ex-seminarista amofinava a vida de getúlios e joaquins com intolerância e mau humor. No Aquino de então, uma bola de papel que pendia do teto presa a um barbante separava os rapazes das moças no pátio.

Como se observa, nem tudo é saudade. Esse ex-seminarista, o professor José Soares da Cunha, se comportava como uma versão ligeiramente moderada do Aristarco de “O Ateneu”, de Raul Pompéia. Não encontrei o mundo, à maneira do que se deu com o protagonista Sérgio do romance de leitura (quase) obrigatória naqueles tempos. Mas o Aquino foi fundamental para a minha formação. Lá dentro, o inócuo exercício de evitar namoros e outras “transgressões”; cá fora, digamos, no plano nacional, um Jânio Quadros igualmente moralista surpreendia à esquerda e à direita condecorando Ernesto Guevara, tentando mostrar independência no campo das relações externas, ao mesmo tempo que proibia o consumo do lança-perfume e investia contra as corridas de cavalo e adjacências. Jânio, porém, embora não estivesse só, acabou ficando em agosto daquele mesmo ano. E no entanto, o ambiente permanecia moralista. Tanto que o apelo civil para a derrubada de João Goulart, três anos mais tarde, propunha, como condição para a conquista ou manutenção da liberdade, o respeito a Deus e à família, conforme sugerem as manifestações de rua conhecidas, não por acaso, como marchas “da família, com Deus, pela liberdade”.

Todavia, assim como nem tudo é saudade, nem tudo é moralismo. As esperanças de certos setores populares, é verdade que também sob acentuada influência populista, beiravam a euforia. Quando Jango assume, após a derrota das forças golpistas que tencionavam empolgar o poder com a renúncia de Jânio em agosto de 1961, a luta pelas reformas de base se acirra, e muitos patriotas se engajam, por exemplo, na campanha nacional contra o analfabetismo, numa tentativa de ampliar, pela escolarização, pela educação formal, o universo de apoio das lideranças que defendiam transformações radicais na sociedade brasileira. Tais transformações se levariam a efeito, de acordo com esse entendimento, fundamentalmente alterando-se as relações de propriedade e de trabalho no campo, disciplinando o uso do solo urbano, facilitando o acesso dos extratos menos favorecidos da população à universidade, limitando a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior e assim por diante.

Paralelamente, desde a década anterior a produção artística do Brasil mostrava certo grau de amadurecimento com as criações do cinema novo e da bossa nova, projetando o país no exterior de modo afirmativo. Com a imposição do regime militar, que trouxe consigo a censura, houve um esforço geral para dar continuidade ao progresso não somente nas artes, mas no conjunto da produção intelectual, e isso explica, ao menos em parte, por que parece ter sido a ditadura, a repressão, os verdadeiro impulsionadores da explosão de criatividade e efervescência que então se verifica. De fato, a ditadura apenas tentou barrar um fluxo já iniciado e que então já se transformara numa torrente incontrolável.

Curiosamente, com o futebol, que também se localiza, de alguma forma, no plano das atividades da cultura, uma vez que não pertence ao universo propriamente econômico, pois não se ocupa da produção de bens tangíveis, deu-se o contrário. Se

em 1958 e 62 a seleção brasileira conquistara o bicampeonato mundial encantando o mundo com a revelação de monstros sagrados como Pelé, Garrincha, Didi e outros, em 1962 o escrete canarinho cumpre campanha tão inexpressiva que certos analistas do ramo chegam a atribuir o insucesso à tristeza que teria se abatido sobre a nação no pós-golpe, devido à profunda identificação das “massas” com esse “velho e violento esporte bretão”. Exagero, embora se deva considerar os possíveis reflexos desse acontecimento, o Movimento de Abril, sobre o moral da classe trabalhadora e das camadas médias urbanas. Com efeito, o samba-enredo da escola Império Serrano para o carnaval de 1969, logo após a edição do Ato Institucional nº 5, “Heróis da Liberdade”, de Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira, originalmente trazia a palavra «revolução» (“em sua legítima razão”) em lugar da que aparece na versão oficial gravada, «evolução». (CABRAL, 1996, p. 193)

Mas não pensem que desejo apelar para manobras diversionistas e derivar para ramais em fuga dos trilhos principais. Meu propósito continua sendo articular os dois itens mencionados, compreendendo-os como pertencentes a um mesmo panorama geral, um mesmo universo de questões que emergem de um determinado ambiente cuja composição por sua vez depende também da visão de mundo do narrador. E minha formação política e intelectual é grandemente tributária desse período pleno de ideais, de debates acalorados, de entrega, generosidade e altruísmo. Éramos apaixonados, vibrantes, pungentes. Movia-nos o motor das exigências de mudança. Arrebatava-nos a crença de que tomávamos parte na construção de uma nova sociedade, baseada em novos princípios, em nova justiça, tendo os seres humanos como origem e fim. Isso tudo nos comovia, o que inspira o enfoque nostálgico e a ênfase sentimentalista que derrapa na inconfidência pessoal e, para efeitos estritamente históricos, supérflua. Vejamos:

Depois veio o tempo de glória festas juninas, domingueiras inesquecíveis no Recreativo e no Quinhentos, sessões intermináveis de cinema, debates gremistas, efervescência. Pus-me no centro dos acontecimentos, integrante de comissões, de diretorias, orador, articulador de promoções. Loucamente apaixonado, imaginava conseguir sucesso na tentativa de disfarçar os olhares de sapo em direção à constelação das déboras, júlias e tânias, na esperança de que a luz de uma das estrelas me deixasse quem sabe cego, mas para sempre feliz. Que nada! mais fácil ficar rouco repetindo o lamento de Antônio Maria e Fernando Lobo ecoado por Nora Ney: “Ninguém me ama, ninguém me ama”.

Mas a despeito do meu descompromisso com a história na produção desse texto, recuso-me a renunciar à referência a fatos políticos de relevância na época. E quem sabe para aqueles que se ocupam da história das instituições, da moral e dos costumes especialmente, talvez haja algum interesse em estudar um personagem como aquele ex-diretor no campo mesmo de sua atuação pedagógica, com sua fala enganadoramente mansa a pronunciar: cavalheiro, *chenhorita*; seu lento e algo afetado caminhar; sua irritante firmeza em manter afastados ginásianos e ginásianas;

sua mania caricaturalmente napoleônica de meter a mão direita à altura do peito, entre dois botões do jaleco, enquanto vigiava do topo da escadaria do corredor de entrada o “corpo discente” na algazarra do grande intervalo. Esse espírito zelosamente repressivo, porém, jamais conseguiu frustrar a nossa vocação para a alegria.

Não sei quanto tempo ficou por lá esse estigmatizado professor provavelmente cheio de boas intenções. Tampouco chegava a ser um Aristarco, nem tinha tantos poderes, nem o Aquino era tão grande, nem internato. Coisas da memória, distorções provocadas pelo mau dimensionamento dos objetos, dos prédios, das distâncias, das pessoas. Corrijo a injustiça: ele não passava de um diretor anacrônico. Prova é que seu sucessor, o então jovem e brilhante professor Jorge Fortunato, fez uma administração inovadora e democrática, com ampla participação de alunos, pais de alunos e professores. Contudo, ironicamente, logo depois da queda do governo Goulart, Jorge Fortunato emprestou sua voz aos clamores por uma devassa nos poderes públicos caxienses, especialmente na Câmara de Vereadores, o que lhe custou o cargo de diretor da mais importante e prestigiada escola da municipalidade, conforme aliás ressalta o último parágrafo da pequena crônica:

Em meio à euforia das promessas, o golpe militar de 1964, militância atropelada, fim de um ciclo. Agora havia menos alegria que em 1961, quando uma voz autoritária anunciara minha aprovação no exame de admissão. “*Chinco vírgula quatro*”, disse o diretor no seu sotaque peculiar, indiferente ao meu quase pavor. Eu estava ingressando no lendário Aquino de Araújo, do qual iria ter saudade pelo resto da vida. Tanta que na próxima encarnação quero estudar lá outra vez, com os mesmos colegas. Quero viver de novo entre eles aqueles anos verdes.

O problema é que pouco recorde desses antigos companheiros de experiência ginásiana. Dois exemplos: Hélvio era lacerdista, de família lacerdista, mas depois do ingresso na Escola Técnica Federal de Química já não sustentava com tanta firmeza as mesmas convicções; Suely, de esquerda e minha grande companheira de demoradas discussões políticas, faleceu antes de concluir o curso. E os outros? Dos outros desconheço o destino. Dispersamos, naturalmente. Mas quem dispersou, da história não é? Só pertence a ela quem quer conscientemente nela interferir? O grupo de jovens, entre os quais me incluo, que, já na vigência do regime militar, fez o Vetor Jornal, tinha esperança de recuperar aquelas esperanças de antes da ditadura. Mas a luta era ingrata e a vida seguia seu curso, cada qual sendo obrigado a tomar seu rumo.

Do mesmo modo dispersaram outros grupos ligados ao teatro, à música, às artes plásticas. Muitos dos seus integrantes desapareceram de vez na diáspora que compreendeu tanto os movimentos de luta armada quanto as tendências de fuga da atividade política, consubstanciadas principalmente nos modismos das psicologias e adjacências supostamente ocupadas com o autoconhecimento e a comunhão com a natureza, o alargamento das janelas da percepção, etc. É verdade que nem todos os militantes políticos perderam o fôlego, mas quantos perderam a vida ainda na mocidade?

Não há dúvida de que a dispersão faz parte da vida, porém o nosso problema é que essa dispersão, no caso, está associada ao êxodo, à constatação de que, de certo modo, acentuou-se nas últimas décadas o fluxo migratório de dentro para fora de cidadãos aqui qualificados. Isso se explica, basicamente, pelos mecanismos de concentração de capital geradores das periferias urbanas, que se tornam celeiros de mão-de-obra não somente de capacitação primária mas também média e superior, inclusive no campo das artes e dos esportes, a custo amplamente compensador para os seus beneficiários (a classe alta e as camadas médias de maior poder aquisitivo).

Nessas condições, compromete-se o ideal de coesão social mínima para a afirmação da identidade do que se poderia chamar de povo caxiense. Ora, nenhum povo constrói sua identidade sem o “auxílio luxuoso” da história. A história permite perceber similitudes e diferenças, denominadores comuns, divergências em atitudes, comportamentos e culturas, o que pode determinar sucessos e malogros presentes e futuros; ela permite que grupos, camadas, classes e indivíduos se identifiquem como pertencentes, por traços-de-união, a um mesmo universo. Assim, não há futuro para nós fora dessas descobertas, ainda que muitas delas venham a ser dolorosas. E então pouco importa, a rigor, onde começa e onde termina o campo de estudos da história em presença da antropologia, da sociologia, da psicologia, da literatura, da lingüística, da epistolografia de outras formas de conhecimento (especulativas ou não, com estatuto de ciência ou não). Ou desvendamos o modo como vimos nos constituindo como sociedade particular no âmbito maior dessa região denominada Baixada Fluminense, ou ficaremos à deriva no tempo e no espaço, inviabilizando o projeto de edificar a cidade mais perto da cidade dos nossos sonhos. E então, quem poderá salvar-nos? Chapolin?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade* (trad. Leyla Perrone-Moisés). São Paulo: Perspectiva, 1970.
- BRAZ, Antônio Augusto. *Memória Viva: uma apresentação*. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias: Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias/Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano I, nº 1, p. 97-9, dez. 2002.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história* (trad. Magda Lopes). São Paulo: Unesp, 1992.
- CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.
- CHAUVEAU, Agnès, TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a história do presente* (trad. Ilka Stern Cohen). Bauru: Edusc, 1999.
- KOWARICK, Lucio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e especulação urbana. Em *Cidade, povo e poder*. José Álvaro Moisés (et al.). Rio de Janeiro: 1985, p. 30-48.
- LACERDA, Stélio José da Silva. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60*. Petrópolis: Gráfica Shaovan, 2001.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1985.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. *Centro de Memória caminhos e descaminhos da*

- produção. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias: Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias/Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano I, n° 1, p. 79-93, dez. 2002.
- PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- PHILLIPS, E. Barbara. *Novidade sem mudança*. Em TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias, “estórias”*. Lisboa: Veja, 1995, p. 326-331.
- POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, s/d.
- POUBEL, Ruyter. A dependência econômica dos jornais do interior. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias: Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias/Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano I, n° 1, p. 55-7, dez. 2002.
- TRAQUINA, Nelson. As notícias. Em *Jornalismo: Questões, teorias, “estórias”*. Traquina, Nelson (org.). Lisboa: Vega, p. 167-190.



Seção TRANSCRIÇÃO

Rogério Torres da Cunha¹Tania Maria da Silva Amaro de Almeida²

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, visando a preservação das informações das fontes primárias - documentação sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”³

A transcrição que segue é do Jornal Tópico que, em 1958, quando nosso Município completava 15 anos de emancipação política, publicava uma edição especial no seu segundo caderno, dedicada ao Dia do Município e intitulada “Faz 15 Anos o Município”.

¹ Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Colunista da revista “Caxias Magazine”.

² Licenciada e bacharelada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Sócia Titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores. Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e supervisora das atividades de preservação desse órgão.

³ Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.

Publicação quinzenal, cuja redação funcionava na Avenida Plínio Casado, 5 sala 140, tinha como diretores: Albino Teixeira, Plínio Batista (administração), Barboza Leite (redação). Assessores (supervisão): Waldair José da Costa, Newton Menezes, Josias Muniz, Guilherme Perez, José Augusto Oliveira. Fotografia: Nelio Menezes, Alberto Rolemberg. Representante em Niterói: Armando Teixeira. Distribuído em Duque de Caxias nos bairros: Vila São Luiz, Copacabana, 25 de Agosto, Guanabara, Laureano, Villa José Maria, Santa-Rosa, Gramacho.

Integrava, ainda o Tópico, o “Suplemento de Grupo - Arte e Cultura”, sob a direção de Waldair José da Costa e Newton Menezes.

“JORNAL TÓPICO - informa esclarecendo. Duque de Caxias, 25 de agosto de 1958.”

“Simple Distrito do Município de Iguaçu, do qual se emancipou em dezembro de 1943, Duque de Caxias completa 15 anos de independência política, contrariando o vaticínio negativo daqueles que não acreditavam no seu rápido progresso. É surpreendente a expansão e o progresso do antigo 8º distrito de Iguaçu, onde o afluxo de compatriotas e alienígenas, apesar dos antagonismos, polariza diferentes atividades que se conjugam pela grandeza do município.

Servida pelas mais modernas e importantes rodovias nacionais, Duque de Caxias, geograficamente, não poderia desfrutar melhor situação. Município chave de acesso a todos os quadrantes do Brasil, na periferia de um dos maiores portos do mundo, e grande centro consumidor, o Rio de Janeiro, Duque de Caxias surgiu, cresceu e impôs-se como fruto do transporte moderno.”

“Merity, 1900 / Nasce uma Cidade / Memórias do homem que lhe mudou a denominação. Reportagem de Waldair José da Costa.”

“Na oportunidade em que se comemora o Dia do Município, no ano do seu décimo-quinto aniversário de emancipação política, nada mais justo do que ouvirmos uma de nossas mais populares figuras, cuja chegada a estas terras se deu quando a Villa engatinhava.

Trata-se de José Luís Machado - o “Machadinho” - que veio há cinqüenta anos de Bonsucesso (DF), atraído por familiares seus aqui possuidores de fazendas desde 1891 - seus parentes Aniceto Machado e Jacinto Machado. Em 1900, viria, também, seu pai, o Comendador Bento Antônio Machado, bastante conhecido em toda a zona da Leopoldina.

Dotado de prodigiosa memória, José Luís Machado relata todos os acontecimentos ocorridos na cidade nascente, com riqueza de detalhes e precisão admiráveis.

IMPORTÂNCIA HISTÓRICA

A importância histórica do entrevistado está devidamente constatada por um fato apenas: foi quem mudou a denominação da cidade, com a troca, escoltado, por quatro homens armados, da placa da Estação de “Meriti”, para “Caxias”,

estabelecendo como que um divisor em nossa história.

Outros fatos merecem destaque. Machado era o orador oficial de todas as solenidades particulares e públicas. Saudou em nome da população a Washington Luís na inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina e entregou-lhe uma “corbeille”. Participou de quase todos os grandes momentos da vila: inauguração da Bica D’água por Nilo Peçanha; da iluminação pública na escola de Dona Cordélia, etc. Fundador de associações como o Centro Pró-Melhoramentos de Meriti, do qual foi secretário e Néri Santa Rita, presidente; da Irmandade de N. S. de Belém, onde funcionava também como leiloeiro substituto.

Fora isto, pode-se dizer que Machado foi o nosso primeiro pintor de letras, o primeiro corretor de imóveis, o primeiro publicista, o primeiro animador de programas de altofalantes, o primeiro cenografista e também, certamente, o primeiro “public-relations”.

OS INÍCIOS DA VILA

No começo do século, como apenas quarto distrito de Maxambomba, Meriti (primitivo nome de Caxias) possuía uma população de duzentas e poucas almas. Havia quatro famílias principais, constituídas pelos donos-de-engenho locais: Capitão Luís Antônio dos Santos (Lulu dos Santos) - Fazenda Pau Ferro (onde hoje é o Tanque do Anil - Parque Beira-Mar); Coronel Macieira - Fazenda do Engenho Velho (onde hoje é o 25 de Agosto); Antônio Tomé Quifans Menezes - Fazenda da Vassoura (hoje Vila Leopoldina-Gramacho); e Antônio Teles Bittencourt - Fazenda Vassourinha (hoje Parque Lafaiete). Posteriormente, a do Pau Ferro passou à propriedade do Tte.-Cel. Joaquim Cândido Cordeiro, engenheiro do Exército.

Os dois chefes políticos importantes eram os coronéis João Teles de Bittencourt e José Eliseu Alvarenga Freire. A política era calma.

LOGRADOUROS

Não havia então, a rigor, ruas em Meriti. As principais vias de acesso não eram mais que meras estradas: a Estrada da Freguesia Velha, que ligava Meriti a Quibandê (hoje São João de Meriti), atual Av. Nilo Peçanha; Estrada da Covanca, começando na Estrada da Freguesia Velha e terminando no Pôrto da Chacrinha, depois de passar pelo Sítio da Jaçueira (hoje Centenário) - atualmente é constituída pela rua Mauriza e Estrada da Várzea; Estrada do Sarapuí Pequeno (hoje Av. Duque de Caxias); Estrada do Engenho à Fazenda do Pau Ferro (hoje Av. Presidente Vargas); Estrada do Pau Ferro, ligando a Estrada do Sarapuí Pequeno ao Caminho da Trairaponga, depois de passar pela Jaçueira até a Chacrinha.

A primeira rua, propriamente, foi a do Ingá, assim chamada por causa do frondoso ingázeiro existente na esquina desta rua com a atual Nilo Peçanha. Chama-se hoje José de Alvarenga. Na ocasião foram loteados terrenos com dimensões de 12x60m., Oferecidos a 400 mil réis - à vista ou a prazo, em prestações mensais de 15 e 20 mil réis. Ninguém os queria.

PRIMÓRDIOS DA INDÚSTRIA: CERÂMICA

O surpreendente surto industrial de que hoje nos orgulhamos teve sua nascente nas Cerâmicas, algumas bem famosas. Delas saíram todos os tijolos com que foi construído o Cais do Pôrto do Rio de Janeiro.

As principais cerâmicas eram: a do Engenho do Pôrto, propriedade de Antônio Teles Bittencourt e a do Engenho Velho, de José Nunes Alves.

Depois, veio a primeira grande indústria, com a Fábrica de Explosivos Raturita, de propriedade do Comandante Álvaro Alberto. Era localizada onde hoje se ergue o Edifício Giupponi.

DISTRITOS: ANTIGAS FAZENDAS

O que hoje se constitui nossos dois distritos rurais, não era mais que fazendas. São as principais (entre parênteses, denominação atual):

São Bento; Rosário (Saracuruna); Atura (Campos Elíseos); Capim Melado (Tico Tico), Santo Antônio (F.N.M.); Santa Cruz; Mato Grosso (onde está o Marco assinalando o local de nascimento do Duque de Caxias); Pedra Riscada (Fábrica de Pólvora Estrêla); Moça Bonita (F.N.M. - Alto de Quitandinha); Macaco (divisa Caxias-Petrópolis); Estrêla (Imbariê); Pico (Ponte Preta); Mosquito (Derby Fluminense); Solar dos Garcia (F.N.M.); Lamarão; Registro; Xerém.

PRIMEIROS LOTEAMENTOS

Os primeiros loteamentos feitos em Caxias são obra do engenheiro Abel Furquim Mendes, que em 1918 dividiu uma área ao longo da via férrea, local atualmente entre as ruas Pinto Soares e Manuel Reis, postos os lotes à venda a 50 mil réis cada: foi um fracasso.

Somente depois de 1922 começaram a surgir os loteamentos que hoje persistem como nossos diversos bairros, sendo o primeiro a Vila Centenário, propriedade de Dona Francisca Antônio Tomé, no local do antigo Sítio da Jaqueira. Foi ainda obra de Furquim Mendes.

Logo a seguir surgiu a Vila Itamarati (Itatiaia), propriedade de Antônio Gonçalves Ferreira Neto. Este último fez um gesto considerado loucura: instalou em seu loteamento (na praça Coronel João Teles) uma bica d'água para servir aos moradores. O terceiro loteamento foi o Parque Lafaiete.

OS CLUBES

O entrevistado atribui aos clubes e associações diversas que foram surgindo, o primeiro impulso de progresso, com a integração dos habitantes em núcleos organizados.

O primeiro clube de futebol que tivemos foi o Meriti Esporte Clube, constituindo-se, logo depois, o Raturita Futebol Clube dos operários da Fábrica e o Rio de Janeiro F. C. dos rapazes da elite.

Os clubes carnavalescos começaram, também, cedo. Em 1918 apareceu o "Mimoso Beija-Flor", que teve como fundador João Ferro, Lulu dos Santos, Néri Santa Rita, Nogueira de Melo e Joaquim do Saco. Surgiram depois "A Nêga é Boa" (na Estrada da Chacrinha) e "Caçadores da Montanha" (na Estrada do Sarapuí Pequeno). É de se notar que nos anos de 1922 e 1924, tais clubes se destacavam entre os primeiros nos desfiles que eram realizados na estação de Ramos.

Os coretos alegóricos começaram a aparecer em 1928, sendo o primeiro motivo "Tudo é Brasil", e, nos anos subsequentes, "Altar do Amor", "Mundo em Chamas", "Alegoria à Música Brasileira" (homenagem a Carlos Gomes) - tôdas de confecção cenográfica de Machadinho.

LUGAR RUIM, NOME NOVO

Fato bem pitoresco foi a mudança do nome do lugar.

Meriti gozava de má-fama, não só pela febre palustre, como pelas arruaças

constantes provocadas pelos maus elementos que vinham fugidos do Rio e aqui eram “condignamente” tratados pelas autoridades meritienses. Existia um carro de aves na Estação servindo de “cadeia”, com uma tina de água salgada fora: depois da clássica surra, eram os marginais banhados na tina - e “viveiro” com êles.

Pouco a pouco, entretanto, Meriti ia melhorando. Depois da água que Nilo Peçanha deu, e de algum saneamento, o povo já queria novas condições de vida - aqui já não era mais a “Meriti do Pavor”, como era conhecida. O sentimento de renovação chegou até a própria mudança do nome, já estigmatizado.

Quem realizou o feito de trocar a placa da Estação foi José Luís Machado, guardado por quatro homens armados: Jaime Fischer Gamboa, Osvaldo Gamboa, Américo Soares e Francisco Azevedo (hoje funcionário do DFSP). A placa continha, apenas, o nome “Caxias”, homenagem ao filho ilustre. Isto no dia 6 de outubro de 1930.

O fato repercutiu na Câmara de Iguazu onde o então vereador Dr. Manuel Teles conseguiu a oficialização da mudança, atendendo ao desejo dos moradores. Surgiu, então, o Distrito de Caxias, oitavo de Nova Iguazu.

PRIMEIRAS ESCOLAS

A primeira escola da cidade foi a de Dona Ambrosina Carvalho Simões, particular, mantida por Francisco Antônio Tomé, proprietário de uma Cerâmica. Ainda hoje se vê suas ruínas na rua do Colégio Velho. Funcionou de 1890 a mil novecentos e pouco.

Não tardaram a aparecer também, a primeira escola pública de Dona Cordélia, funcionando em prédio de propriedade de Dona Chiquinha Correia (onde estão hoje os edifícios do Machado, na praça 23 de Outubro); e a Escola Regional de Meriti de Dona Armanda Álvaro Alberto, que ainda hoje existe.

BENFEITORES ESQUECIDOS

Meriti possui muitos benfeitores que estão esquecidos. Entre êles, o mais flagrantemente injustiçado é o dr. José Teixeira de Castro, médico da antiga Leopoldina Railway.

Morava no subúrbio de Bonsucesso e frequentemente empreendia, aqui, verdadeiras “blitzes” sanitárias, trazendo assistência e remédios para os ataques de impaludismo. Os casos mais graves eram transferidos para a Santa Casa de Misericórdia, em trens especiais por êle conseguidos.

Néri Santa Rita, farmacêutico da época que também dava assistência e remédios aos doentes pobres, é outra figura injustamente esquecida. Como ainda o Coronel João Teles, que muito contribuiu para o povoamento da localidade, vendendo lotes baratos a quantos o quisessem; Antônio Teles Bittencourt, grande cultivador de laranja, chegando a obter um prêmio e 5 contos do Ministério da Agricultura - muito incentivou a lavoura; Antônio Gonçalves Ferreira Neto, que levou uma bica d'água para os moradores da Itatiaia; João Gaspar Correia Méier, mais recentemente, que nos deixou o Jardim 25 de Agosto.

LEOPOLDINA: MESMA COISA

O prédio da estação da Leopoldina é ainda o mesmo de então que aí permanece - pasmem! Aliás, o prédio não foi construído para estação, mas para “casa de turma”. Posteriormente, foi construída outra “casa de turma” no desvio da Circular - muito

melhor que a velha estação, a qual continua desafiando o tempo - e o progresso.

No entanto, era Meriti servida regularmente de trens, já na década de 10 corriam 25 trens diários.

O transporte primitivo era feito por via fluvial e marítima. Possuíamos cinco portos: o de Estrêla, na foz dêste rio, na divisa com Magé; o da Chacrinha, na Baía de Guanabara; e os da Pedra, do Pico e do Bento, no rio Meriti.

LAVOURA: LARANJA, BANANA, HORTALIÇAS

Predominava na fluorescente lavoura local, os pomares de laranja, salientando-se entre seus proprietários, Antônio Teles Bittencourt, Turfio José Pereira, Dr. Paulo Vieira Souto, cel. João Teles Bittencourt, José Joaquim Borges, José Marques Pinto e Francisca Tomé.

A fama do pomar de Antônio Teles Bittencourt pode-se aquilatar pelo fato de haver merecido um prêmio do Ministério de Agricultura (cinco contos) e a própria visita do presidente da República, Nilo Peçanha.

Outras produções: banana, hortaliças, carvão, lenha.

Eram grandes extratores de lenha e carvão Manuel Correia de Matos, Luís Correia de Matos e Lulu dos Santos que vendiam seus produtos a uma firma de Benfica (Triagem), partindo diariamente dois trens especiais com lastros de lenha e carvão.

Toda a produção agrícola de Meriti era descarregada no Mercado de Benfica, por via férrea. Com a extinção dêste Mercado, em 1922, o escoamento passou a ser feito pelo rio Meriti quando uma lancha rebocava barcos de propriedade de Antônio Pires.

A FEIRA

Os iniciadores da feira de Meriti foram: José Luís Machado, José Miguel, José Marques Pinto, José Joaquim Borges, Miguel Português e Joaquim Valoura.

Na época, um cacho de banana era vendido a 400 réis e uma dúzia de laranjas, 500 réis.

Os feirantes pagavam ao fiscal Alberto Jeremias, a quantia de 400 réis por licença de localização. Funcionava a feira em frente à estação, cujas plataformas eram aproveitadas como taboleiros.

IMAGEM DE SÃO JOÃO: HISTÓRIA ROCAMBOLESCA

A história da imagem de São João, ex-padroeiro de Meriti e que se encontra agora com as mesmas honras, em São João de Meriti, tem lances fantásticos, ligados à mais antiga igreja da cidade.

Pertencia a igreja à nossa primeira congregação religiosa Irmandade de São João de Meriti de Trairaponga, cujos mentores eram as famílias Teles Bittencourt e Teles de Menezes. Êstes últimos possuíam, também, propriedades em Quibandê (São João de Meriti), e com a rivalidade estabelecida entre as duas famílias, quiseram levar para lá a imagem de sua devoção, empreitada que finalmente levou a cabo na calada da noite, com a ajuda de seus empregados.

Com isto não se conformaram os Teles Bittencourt que foram à desforra, apanhando também durante a noite a imagem e trazendo-a para a sua primitiva igreja. Os Teles de Menezes não se intimidaram, e voltaram a armar nova expedição, que foi tocada nas imediações do Pôrto do Pico pela turma dos Teles Bittencourt. A luta foi

ferrenha, envolvendo o carro de boi que transportava a imagem, a qual foi a mais prejudicada: ficou sem um braço.

Coube a “melhor”, na refrêga, aos Teles de Menezes, que levaram triunfalmente o Santo para São João de Meriti, onde permanece até hoje.

A igreja da Irmandade, a mais antiga de Caxias, mais tarde passou a servir de culto a Santa Teresinha, e ainda hoje existe, no Parque Lafaiete.

IGREJA DESAPARECIDA

Com a abertura do jardim 25 de Agosto, uma igreja foi demolida: a de N. Sa. de Belém. Onde se faziam as melhores comemorações do mês de Maria. Ficava localizada no alto da atual rua Barão do Triunfo.

A imagem da Santa foi, então, recolhida ao Cemitério, comprometendo-se a companhia loteadora a construir uma nova igreja, promessa ainda não cumprida.

A igreja foi construída em 1911, sendo os “irmãos iniciadores” os srs. Jacinto José Barros (que deu os tijolos), Luís Antônio dos Santos, Carlos Chanute, Odorico Cardoso, Humberto Zimu, Marco Kalisto, José Maria, José Batista, João Pereira, José Paquetá, Maria Umbelina dos Santos (zeladora), e João Franco.

José Luís Machado recorda a mais importante procissão de N. Sa. de Belém, em 1929, quando êle próprio conseguiu emprestadas, da Venerável Irmandade de Santana do Pilar, 24 opas de alpaca de seda. O provedor da Irmandade de N. Sa. de Belém, José Nogueira de Abreu, vestiu a opa que pertencera ao Barão do Pilar.

OUTRAS CURIOSIDADES

A primeira vez que o Pavilhão Nacional foi hasteado em festa cívica, entre nós, foi a 7 de setembro de 1928. Içou-o ao mastro o saudoso Tenente José Dias, na frente da Delegacia. O delegado na época era o Capitão José Perlingeiro Júnior.

O primitivo cemitério era situado nas imediações da igreja de São João de Meriti (hoje Santa Teresinha), e era rico em mausoléus artísticos, alguns esculpidos em mármore de Carrara.

O primeiro jornal que circulou em Meriti foi “O Limite”, e era tirado em São João de Meriti. Depois, apareceram, já aqui, a “Gazeta de Meriti”, de Paulino Silva (1924-26) e o “Correio de Iguaçu”, de Sílvio Goulart, em 1928.

O primeiro cinema (mudo) foi de propriedade do italiano Vincenzo Bocchetti e era localizado onde hoje é a Casa Canelha.

Nosso primeiro automóvel foi adquirido por Antônio Gonçalves Ferreira Netto; a primeira motocicleta, por João Bittencourt Filho; o primeiro carro de transporte - apelidado “Jaú” - pertenceu a José Cardoso Bessa.

O primeiro café tipo bar, foi de Francisco Santa Rosa e chamava-se “Café Flor de Meriti”. Logo depois, apareceu o “Café Recreio dos Caçadores”, de Jacinto Machado.

A primeira torrefação de café, conjugada com a primeira bomba de gasolina, foi de propriedade de José Nogueira de Melo, no local onde é hoje a Padaria Colúmbia.

O primeiro alambique de cachaça fabricava duas marcas: “Bentevi”, propriedade de Manuel Teles e “Meriti” de Manuel Correia de Matos.

O primeiro casamento em que os noivos foram transportados de automóvel, foi o de José Luís Machado. Antes o transporte era feito em carro de boi.

O primeiro armazém data de 1720, chamava-se “Armazém Fluminense” e pertencia a Luís Felipe Bahia; e o primeiro barbeiro (1885), funcionava em frente à estação e chamava-se Luís Falperra.

COMEÇOS DE PROGRESSO

Machado atribui o início do estupendo progresso que aqui se processa, à abertura da estrada Rio-Petrópolis. Mais precisamente à ligação do trecho Vigário Geral - Lote 15 (São Bento).

Julga ainda que todo o nosso desenvolvimento foi obra da iniciativa privada, sendo que o progresso urbano foi muito favorecido com a abertura da avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, quando muito material das demolições foi adquirido pelos caxienses para o levantamento ou melhoria de suas habitações.

Dáí para cá, o crescimento tem sido assombroso. Compare-se o primeiro censo (1907-1910) - 220 habitantes - com a estimativa atual de 200 mil habitantes, e estará bem fixada a vertiginosa espiral do nosso progresso.”



MEMÓRIA VIVA: UMA APRESENTAÇÃO

Antônio Augusto Braz¹
Odemir Capistrano Silva²

A partir do próximo número o leitor da Revista Pilares da História encontrará nesse espaço uma seção de entrevistas que reunirá uma sucessão de depoimentos de cidadãos que atravessaram a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Não haverá um único tema ou determinado segmento social privilegiado ao longo das sucessivas publicações. Ao contrário, o que se deseja é abranger o mais amplo leque de representatividade social, política e cultural do denso tecido de relações históricas que compuseram e compõem nossa região.

Espera-se com isso oferecer ao leitor comum ou especializado uma densa "documentação oral"³ que sirva ao primeiro como veículo que o levará através dos fragmentos da memória individual, ao encontro de alguns aspectos da vida passada e presente da região, e ao segundo, pesquisadores, uma fonte capaz de oferecer os mais diversos matizes da memória coletiva que partilhamos.

Tendo em vista o que a seção pretende, é pertinente então deixar claro o que entendemos como memória coletiva e qual o seu papel junto ao ofício do historiador contemporâneo.

¹ Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Pós-graduado em História Social do Brasil pela mesma faculdade.

Professor da rede particular e pública municipal de Duque de Caxias.

Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras - RJ.

Diretor do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense / Fundação Educacional de Duque de Caxias. Coordenador do curso de Pós-graduação em História Social do Brasil (lato sensu) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias.

² Jornalista, é mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Publicou contos, artigos e poemas em suplementos literários e jornais (Movimento e Pasquim, entre outros).

³ Marieta de Moraes Ferreira. **História oral: um inventário das diferenças**. In: Ferreira, Marieta de Moraes (coord.). Entrevistas: abordagens e usos da história oral. RJ. FGV. 1994. P.11

Quando recordamos, agimos individualmente. Essas lembranças, quando são reveladas e socializadas, tornam-se fatos sociais. A memória individual torna-se então memória social. Ou memória coletiva. Uma das funções sociais dessa memória é dar uma identidade aos grupos que a produzem. Nesse sentido, em uma sociedade não existe uma memória, e sim múltiplas, tantos quantos forem os grupos que a compõem.

O controle de um desses grupos sobre os demais ou de uma classe sobre outra leva à imposição da memória da primeira como memória de todos, sufocando as demais, calando-as, silenciando os demais segmentos sociais.

Cientes desse fenômeno, os historiadores profissionais têm investido na análise das memórias silenciadas. Memórias étnicas e grupos de comportamento têm suas histórias revisitadas. Entrevistas e depoimentos colhidos sistematicamente têm servido à História como preciosas fontes e inspirações para objetos de pesquisa.

Uma outra memória social que se tem buscado abordar diz respeito às periferias regionais e às localidades. É nesse caso que nos enquadrámos. A construção da História da Baixada Fluminense exige esse esforço de coleta e análise. Mas, antes de avançarmos em nossas considerações, é preciso afirmar a diferença entre Memória e História do ponto de vista de sua natureza e função.

"Muito se tem escrito sobre os conceitos de História e Memória e suas gritantes diferenças. Mas o senso comum tem até hoje operado esses termos como se eles fossem meros sinônimos. (...)

Mas o fato é que a memória e a história não são sinônimos. Ao contrário da primeira, a história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. (...)

Quando falamos de memória devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, se alimentando de lembranças vagas, contraditórias, (...) a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes um passado de riquezas, que ao ser lembrado antecipa um futuro pleno de potencialidades"⁴

Da clara lição que nos dá a professora Marcia Maria Menendes Motta, reafirmamos que esse esforço de construção de nossa História Local e Regional apóia-se na análise de suas memórias coletivas e que a construção desse "banco de oralidade" aqui na seção Memória Viva é uma contribuição fundamental. Mas a "operação histórica"⁵ que realizaremos não se limitará a simples coleta e arquivo dessas lembranças individuais. Pretendemos sua problematização. Os depoimentos que a seção abrigará terão sua função estimuladora, daí a necessidade de serem os mais plurais possíveis, como já afirmamos mais acima.

Afinal, reconhecemos, como o importante historiador francês Jacques Le Goff, a necessidade estratégica da democratização da memória social e, sendo assim, encerramos essa apresentação com sua preciosa consideração.

⁴ Marcia Maria Menendes Motta. **História e Memória**. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.): História. Pensar & Fazer. Rio de Janeiro. LDH. 1998. p. 75 e 76.

⁵ Conceito elaborado por Michel de Certeau in: **A Escrita da História**. Editora Forense. RJ. 1982.

"A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória sirva para a libertação e não para a servidão dos homens".⁶

Então Viva a Memória...
Leia a Memória Viva...

Observação:

*Em virtude de problemas técnicos, não publicamos nesta edição, conforme estava previsto, a entrevista desta seção, cuja estréia foi reprogramada para o próximo número, com o depoimento de **Ruyter Poubel**.*

⁶ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp. SP. 1996. p. 477

Seção ICONOGRAFIA

Esta seção tem como objetivo divulgar os documentos iconográficos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que obrigam esse tipo de documentação.



Chegada do presidente Nilo Peçanha à Estação Meriti, quando de sua visita ao pomar de Antônio Teles Bittencourt, para entrega do prêmio do Ministério da Agricultura, por sua qualitativa produção.

- Acervo iconográfico do Instituto Histórico -



Praça Riachuelo - atual Praça Roberto Silveira.
Missa campal nas comemorações do Dia do Pacificador, em 25 de agosto de 1958.
Inauguração de novas instalações para a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

- Acervo iconográfico do Instituto Histórico -



Praça do Pacificador -
década de 50.
- Acervo iconográfico do
Instituto Histórico -



Praça Roberto Silveira -
década de 90.
- Acervo iconográfico do
Instituto Histórico -



A Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades adquirir acervo, sustentar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto atualmente por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades assemelhadas, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e um programa de captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

Segue relação com os nomes dos Conselheiros e dos Sócios Fundadores da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

CONSELHO DELIBERATIVOEfetivos

MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL (Presidente)
 ÁLVARO LOPES
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
 ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 MARIA DE JESUS MENDES LIMA
 RUYTER POUBEL
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 WASHINGTON LUIZ JUNIOR

Suplentes

ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 DINA SILVA GUERRA
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 PAULO CHRISTIANO MAINHARD
 PAULO PEDRO DA SILVA
 SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA

CONSELHO FISCALEfetivos

CARLOS SÁ BEZERRA
 MARLUCIA SOUZA SANTOS
 ROGÉRIO TORRES DA CUNHA

Suplentes

ALEXANDER VALLA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ERCÍLIA COÊLHO DE OLIVEIRA

DIRETORIA EXECUTIVADiretora

TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA

Diretor Adjunto

GÊNESIS PEREIRA TORRES

Tesoureiro

NIELSON ROSA BEZERRA

SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DIAS
 ANÍDIA SANTOS DA COSTA
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 FARID DAVID SÃO TIAGO
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS DA SILVA
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 LAURECY DE SOUZA VILLAR

LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIETE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SANDRA GERMANO MACHADO
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA

ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPTÃO
ADILSON M. FONTENELE
ADRIANO ALVES CARDOSO DA SILVA
ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO
ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
ALEXANDER VALLA
ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
ALINE F. PEREIRA
ÁLVARO LOPES
ANA LUCIA DA SILVA AMARO
ANA LUCIA SILVA ENNE
ANA MARIA DA SILVA AMARO
ANILTON LOUREIRO DA SILVA
ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
ANTÔNIO PFISTER
ANTÔNIO JORGE MATOS
ANTÔNIO LACERDA DE MENEZES
ARISTIDES FERREIRA MULIM
ARLETE DO AMARAL PINTO
AUZENIR GONDIM E SOUZA
CARLA CRISTIANE P. DO NASCIMENTO
CARLOS ALBERTO VIEIRA LIMA
CARLOS HENRIQUE ASSUNÇÃO PAIVA
CARLOS DE SÁ BEZERRA
CECÍLIA CUNHA FRANÇA
CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
CLÁUDIO DE OLIVEIRA
CLÁUDIO JOSÉ BASTOS LOPES
DINA SILVA GUERRA
DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
DENIZE RAMOS FERREIRA
EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
ELISETE DA SILVA PEREIRA
ELISABETH SILVA DE OLIVEIRA
ELISETE ROSA HENRIQUES

EMIDIO DA SILVA AMARO
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
EVANDRO CYRILLO MARQUES
EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
FÁBIO MARTINS RIBEIRO
FERNANDO PEREGRINO
FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
FRANCISCO CARLOS MACIEL
FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
GÊNESIS PEREIRA TORRES
GESSER MELO
GILBERTO JOSÉ DA SILVA
GILSON RAMOS DA SILVA
GIULIANA MONTEIRO DA SILVA
GRAÇA LEANA DA SILVA LINHARES
GUILHERME PERES DE CARVALHO
HERMES ARAUJO MACHADO
IRANI FONSECA CORREIA
ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
IVON ALVES DE ARAUJO
JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA
JAMILA PINHEIRO ELMAIS
JASUBE CASTRO DE ALMEIDA
JELCY WILLKENS TRIGUEIRO FILHO
JOÃO HERCULANO DIAS
JOSÉ LUIZ LOUREIRO DE MENDONÇA
JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
LUCIENE ALCINDA DE MEDEIROS
LUIZ ANTÔNIO VENEIO DA R. FREITAS
LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA B. DE LEÃO

MARCO ANTÔNIO GARCIA PEREIRA
MARCOS GOMES DA SILVA
MARCUS ANTÔNIO MONTEIRO NOGUEIRA
MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
MARIA DA CONCEIÇÃO NOVAES PINHEIRO
MARIA DE JESUS MENDES LIMA
MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
MARLUCIA DOS SANTOS SOUZA
MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
MIGUEL ARCANJO PUGGIAN
NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NILTON EVANGELISTA DO AMARAL
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO
PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GAMA JÚNIOR
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROBERTO MAXWELL
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
ROSEMAR DA PAZ NOGUEIRA BRANCO
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SANDRA REGINA DE SOUZA CRUZ FERREIRA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SUELY ALVES SILVA



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

14ª LEGISLATURA

MESA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2003 / 2004

Presidente:	LAURY DE SOUZA VILLAR
1º Vice-Presidente:	CARLOS ELI DE OLIVEIRA SANCHES
2º Vice-Presidente:	MARIA LEIDE DE OLIVEIRA
1º Secretário:	ADRIÃO PEREIRA NOGUEIRA
2º Secretário:	GERALDO DE SOUZA

VEREADORES

AILTON ABREU NASCIMENTO
AÍRTON LOPES DA SILVA
ALCIDES LEONCIO NOGUEIRA CIDINHO DE FREITAS
ALMIR MARTINS DA SILVA
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR
JOAQUIM ANTÔNIO MOREIRA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LUIZ ANTÔNIO VENEIO DA ROCHA DE FREITAS
MARCOS ELIAS FREITAS PESSANHA MOREIRA
MOACYR RODRIGUES DA SILVA
NIVAN ALMEIDA
ODILON REIS PATROCINO
REGINALDO FIGUEIREDO DA CRUZ
SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA
SÉRGIO CID DO NASCIMENTO
WAGNER RODRIGUES DUTRA

Diretor Geral: **LAURECY DE SOUZA VILLAR**

